



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH, CAMPUS VI, CAETITÉ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO, LINGUAGEM E SOCIEDADE –
PPGELS**

ARACELI CARVALHO PEREIRA

**O ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE CAETITÉ- BAHIA, E A SALA DE AULA:
APROXIMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA O DESPERTAR DE UMA HISTÓRIA
LOCAL**

CAETITÉ-BAHIA

2024

ARACELI CARVALHO PEREIRA

**O ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE CAETITÉ- BAHIA, E A SALA DE AULA:
APROXIMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA O DESPERTAR DE UMA HISTÓRIA
LOCAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade – PPGELS da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, em Nível de Mestrado Profissional.

Orientadora: Prof^a Dra^a Márcia Cristina Lacerda Ribeiro.

CAETITÉ - BAHIA

2024



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Autorização Decreto nº 9237/86. DOU 18/07/96. Reconhecimento: Portaria 909/95, DOU 01/08-95

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO,
LINGUAGEM E SOCIEDADE



FOLHA DE APROVAÇÃO

**“O ARQUIVO PÚBLICO E A SALA DE AULA: APROXIMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA O
DESPERTAR DE UMA HISTÓRIA LOCAL”**

ARACELI CARVALHO PEREIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em ENSINO, LINGUAGENS E SOCIEDADE- PPGELS – DCH VI - UNEB, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ensino, Linguagem e Sociedade pela Universidade do Estado da Bahia.

Aprovado em 27 de novembro de 2024, com nota 10,0 (DEZ).

Aprovado em 27 de novembro de 2024, com nota 10,0 (DEZ).

Documento assinado digitalmente



MARCIA CRISTINA LACERDA RIBEIRO
Data: 09/12/2024 09:34:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a MARCIA CRISTINA LACERDA RIBEIRO

Orientadora – PPGELS – UNEB – DCH – Campus VI

Doutora em Ciências Sociais pelo Programa de História Econômica da Universidade de São Paulo

Documento assinado digitalmente



MARIA LUCIA PORTO SILVA NOGUEIRA
Data: 09/12/2024 21:03:53-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a MARIA LUCIA PORTO SILVA NOGUEIRA

Examinador Interno –PPGELS- UNEB

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo

Documento assinado digitalmente



MARCOS PROFETA RIBEIRO
Data: 09/12/2024 12:35:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. MARCOS PROFETA RIBEIRO

Examinadora Externa – UESB

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo

Bibliotecário Carlos Roberto M. de S. Marinho
CRB 5/2142

Sistema de Bibliotecas da UNEB

P436a

Pereira, Araceli Carvalho

O Arquivo Público Municipal de Caetité - Bahia e a sala de aula: aproximações necessárias para o despertar de uma história local / Araceli Carvalho Pereira.

Orientadora: Prof^a Dr^a Márcia Cristina Lacerda Ribeiro
2025. 110p.

Dissertação (Mestrado em Ensino, Linguagem e Sociedade)
- Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas, Campus VI, Caetité, 2025.

Bibliografia: p.82-87

1. Arquivo Publico. 2. Ensino. 3. Educação básica.
4. Patrimônio. 5. Acervo Documental. I. Título.

CDD: 370.903

AGRADECIMENTOS

Ao finalizar a caminhada de elaboração de uma dissertação conclui-se que mais importante que a chegada foi o caminho percorrido. Um caminho que começou muito antes, com as experiências adquiridas no Arquivo Público Municipal de Caetité com seus acervos enquanto monitora e que, para além da execução de atividades técnicas de preservação, sempre havia espaço para questionamentos sobre o trabalho que estava sendo executado. E nesse longo caminho, contou-se com o apoio e companheirismo de muitas pessoas, sendo impossível nomear a todos. Agradeço minha família por todo incentivo e vibrar junto comigo a cada passo dado. Devo agradecimentos especiais aos funcionários e colegas, companheiros de discussões e debates sobre os arquivos e que muito me ajudaram na elaboração do projeto e posteriormente na leitura atenta dos capítulos elaborados. À Dra. Márcia Cristina Lacerda Ribeiro, professora orientadora que desde o início recebeu a mim e a meu projeto literalmente de braços abertos, agradeço a sua confiança de que eu poderia realizar esse trabalho, obrigada pela dedicação e ensinamentos. Sempre a disposição para ajudar em tudo que precisei no processo de construção desta pesquisa. Aprendi muito com isso!

À banca avaliadora, a Professora Dra. Maria Lúcia Porto Nogueira e o Professor Dr. Marcos Profeta Ribeiro, pela disposição em ler o trabalho e apontar caminhos valiosos. Pelas tão significativas orientações nas etapas de avaliação parcial e final. Agradeço a Professora Lielva Aguiar por todo incentivo, apoio, apontamentos de caminhos e outras contribuições fundamentais. Um agradecimento especial a Zaíra, parceira de todas as horas, e que com toda paciência sempre revisou meus textos. Agradeço a Zairo pela paciência e companheirismo, obrigada amor! Aos colegas da Turma IV, em especial Elaine Moreira, que sempre me socorreu em momentos em que eu achava não ter saída, obrigada pela sua amizade e generosidade. Meu caminhar transformou-me em quem sou hoje, alguém que considero resiliente e pronta para encarar novos desafios. Foi extremamente difícil e desafiador concluir esse ciclo, por isso, agradeço, sobretudo, a DEUS, por me dar forças que eu acreditei que não mais teria - os desafios diários me fazem crer que o mundo não é só material. Obrigada meu Deus.

À Universidade do Estado da Bahia (UNEB) com a equipe do Programa de Pós-Graduação Ensino, Linguagem e Sociedade – PPGELS, que durante o curso buscou estratégias diversas para dar amparo a todos. Aos professores deste curso, por me proporcionarem momentos valiosos de conhecimentos. Por fim, agradeço por ser quem sou e por quem eu quero me tornar. Sem falsas modéstias e complexos de inferioridade, sei que sou boa no que faço e sei que me tornarei ainda melhor. Se a minha alma não se diluir nos caminhos da existência, ganharei o mundo. Muito obrigada!

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APB- Arquivo Público da Bahia
APMC- Arquivo Público Municipal de Caetité
BNCC- Base Nacional Comum Curricular
CONARQ- Conselho Nacional de Arquivos
FPC- Fundação Pedro Calmon
IPAC- Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural
IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PCNs- Parâmetros Curriculares Nacionais
PPGELS - Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade
UNEB - Universidade do Estado da Bahia
UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Interior da Cadeia Municipal de Caetité	17
Figura 2- Casa de Câmara e Cadeia de Caetité/BA.....	18
Figura 3- Natal na fachada	53
Gráfico 1- Distribuição total dos participantes da pesquisa	58

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Acervos do APMC abertos a consulta	39
Tabela 2- Respostas obtidas a partir da aplicação do questionário aos alunos do CECPAG, Distrito de Maniaçu, Caetité-BA	60
Tabela 3- Respostas obtidas a partir da aplicação do questionário com alunos do CETEP – Caetité/BA	62
Tabela 4- Respostas obtidas a partir da aplicação do questionário com o docente do CECPAG (P1DO)	64
Tabela 5- Respostas obtidas a partir da aplicação do questionário com o docente do CETEP (P2DO)	66
Tabela 6- Respostas obtidas a partir da aplicação do questionário com os funcionários do APMC	70

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo estudar o Arquivo Público Municipal de Caetité (APMC), Bahia, como ferramenta de ensino, com ênfase no uso de documentos históricos em sala de aula da Educação Básica e a possibilidade de reflexão sobre a História local. Nosso foco é pensar o APMC enquanto ferramenta com potencial de dinamizar o ensino e a aprendizagem de modo mais significativo e dinâmico na Educação Básica. Partimos do pressuposto que as contribuições do acervo do APMC são fundamentais para qualquer estudo que objetive discutir os processos históricos que marcaram os Sertões da Bahia, aqui entendido como espaço de múltiplas sociabilidades e de grande importância para a construção da Bahia e do Brasil. Nesse sentido, entendemos o APMC para além de um local de guarda e preservação de um acervo documental. Ele deve se estabelecer como espaço importante de interação entre a escola e o acervo do Arquivo, constituindo-se como uma ferramenta no processo de ensino-aprendizagem e fomentando a construção de uma história local nas escolas da Educação Básica do município de Caetité, Bahia. Inicialmente, levantamos estudos e pesquisas que versassem sobre as aproximações entre arquivos públicos e escolas. Na sequência, fizemos uma imersão no APMC e verificamos o seu conjunto documental. Realizamos entrevistas com funcionários do APMC e com professores e alunos que realizaram projetos de extensão no APMC. Ao final, como Produto Educacional, propomos um guia didático aos docentes com o objetivo de apresentar o APMC e suas potencialidades enquanto uma ferramenta importante para explorar a história local e da região. Nossa pesquisa, aliada à aplicação de oficinas no APMC, mostrou-se como via possível e interessante de aproximação entre Arquivo Público e escola da Educação Básica.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivo Público; Ensino; Educação Básica; Patrimônio; Acervo Documental.

ABSTRACT:

This dissertation aims to study the Municipal Public Archive of Caetité (APMC), Bahia, as a teaching tool, with an emphasis on the use of historical documents in the Basic Education classroom and the possibility of reflecting on local history. Our focus is to think of the APMC as a tool with the potential to streamline teaching and learning in a more meaningful and dynamic way in Basic Education. We assume that the contributions of the APMC collection are fundamental to any study that aims to discuss the historical processes that marked the backlands of Bahia, here understood as a space of multiple sociabilities and of great importance for the construction of Bahia and Brazil. In this sense, we understand the APMC as more than a place for the storage and preservation of a documentary collection. It should establish itself as an important space for interaction between the school and the Archive collection, constituting itself as a tool in the teaching-learning process and fostering the construction of a local history in Basic Education schools in the municipality of Caetité, Bahia. Initially, we collected studies and research on the connections between public archives and schools. Next, we immersed ourselves in the APMC and reviewed its documentary collection. We conducted interviews with APMC employees and with teachers and students who carried out extension projects at the APMC. Finally, as an Educational Product, we proposed a didactic guide for teachers with the aim of presenting the APMC and its potential as an important tool for exploring local and regional history. Our research, combined with the implementation of workshops at the APMC, proved to be a possible and interesting way of connecting the Public Archives and basic education schools.

KEYWORDS: Public Archives; Education; Basic Education; Heritage; Documentary Collection

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 O ARQUIVO PÚBLICO DE CAETITÉ: SUA HISTÓRIA	16
1.1 Antes, Casa de Câmara e Cadeia de Caetité	16
1.2 De Casa Legislativa e Cadeia à Arquivo Público Municipal	18
1.3 Como surgem os arquivos, sua importância e histórico da Constituição de arquivos no Brasil	19
1.4 A memória e suas implicações	27
1.5 Memória e Patrimônio	31
1.6 Preservação Documental no Brasil: A interiorização das políticas públicas de criação de arquivos e sua importância para a historiografia brasileira.....	34
1.7 História Institucional do APMC.....	37
2 O APMC, SEU ACERVO, PROJETOS E AÇÕES EDUCATIVAS	39
2.1 O que compõe o acervo do Arquivo	39
3 A RELAÇÃO DE ARQUIVO/ESCOLA: COMO POTENCIALIZAR O ENSINO DA HISTÓRIA LOCAL A PARTIR DO APMC	42
3.1 Documentos históricos em sala de aula: possibilidades para se repensar o ensino de História local	42
3.2 O Ensino de História e atuação do professor na preservação da memória	44
3.3 Patrimônio documental: instrumento de revisitação de memórias históricas	50
3.4 Entre a preservação documental e o ensino de história: contribuições do Arquivo Público Municipal de Caetité/BA	52
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	58
4.1 A sala de aula no APMC	59
4.2 O APMC pelos funcionários	69
5 NOTAS SOBRE O PRODUTO EDUCACIONAL	75
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	78

REFERÊNCIAS82

ANEXO88

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa integra o Programa de Mestrado em Ensino, Linguagem e Sociedade da Universidade do Estado da Bahia, Programa sediado pelo Departamento de Ciências Humanas, campus VI (PPGELS/UNEB/DCH-VI). Nosso objeto de pesquisa gira em torno da reflexão sobre os desafios do ensino de História em sala de aula. Questões diversas norteiam nossa perspectiva de investigação, como a falta de incentivo à leitura no ambiente escolar, a dificuldade dos estudantes em compreender o passado, enquanto uma construção e como possibilidade de pensar sobre o presente.

Nosso objetivo é, portanto, refletir sobre uma das funções do Arquivo Público Municipal de Caetité (APMC)¹ para além de lugar de guarda e preservação de um patrimônio histórico ou de um acervo de pesquisa². Nosso foco é pensar o APMC enquanto ferramenta com potencial de dinamizar um ensino e aprendizagem de modo mais significativo e dinâmico na Educação Básica. A aproximação Arquivo-Escola abre-se um leque de possibilidades, de descobertas, de modo instigador para os discentes, especialmente com o objetivo de apresentar melhor a história local de Caetité a partir do acervo do APMC. Essa pesquisa pretende, modestamente, facilitar esse diálogo a partir da construção de um material educativo, um guia didático de apresentação do APMC com uma seleção de documentos e sequências didáticas que possam ser utilizadas por professores em visitas ao APMC com seus alunos, ou ainda a partir da consulta ao acervo virtual³. O objetivo é aproximar o conhecimento histórico dos discentes e também docentes, contribuindo para a construção e fortalecimento de uma memória local. É preciso pensar o professor da Educação Básica como um eterno pesquisador, que seleciona, organiza e escolhe conteúdos, teorias e metodologias. Nesse sentido, o APMC é também lugar de professor, de aula, de ensino. O guia didático pretende dar suporte ao docente preparando os alunos antes, durante e depois da visita ao APMC. Ele pretende ser um material aberto à construção e reconstrução por parte daqueles que venham a utilizá-lo, sendo apenas um ponto de

¹ Apenas o chamaremos de APMC a partir de agora.

² O acervo do Arquivo Público Municipal de Caetité tem servido à inúmeras pesquisas de mestrado, doutorado e outras.

³ AtoM (Access to Memory), um software livre desenvolvido pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA) para descrição de documentos arquivísticos.

partida. O guia produzido será testado em oficina a ser realizada com alunos da Educação Básica.

Nesse sentido, nossa pesquisa se insere na pertinência e reconhecimento da consciência histórica, de um ensino de História que leve em consideração a história local onde os professores e alunos estão inseridos. O desafio situa-se, sobretudo, na compreensão da significação cultural do passado “atualizado”, pois toda pesquisa histórica desenvolve-se a partir de um questionamento ao passado, legado nas fontes e que corresponde, em parte, a um interesse de ação sociocultural humana do presente, conforme elucida Rusen (2007). É de fundamental importância que a História ensinada nas escolas tenha significado no cotidiano dos alunos e que aquele conteúdo histórico os auxilie no processo de entendimento da dinâmica social que está a sua volta, daí a importância da aproximação entre o APMC e a escola.

Esta pesquisa nasceu a partir das inquietações durante a experiência enquanto monitora do APMC, no ano de 2017. No trato e descoberta do acervo documental era possível perceber a possibilidade de uma construção e significação da história local, a partir do manuseio da sua documentação.

A preservação da história local é essencial para manter viva a memória de um povo, destacando-se como um elemento de grande relevância. O presente trabalho tem como intuito o reconhecimento do quanto relevante é a conservação de objetos e documentos que retratem a história de uma localidade. A gestão e conservação de fontes e documentos é algo essencial para a preservação da história em seus mais diferentes aspectos, principalmente no que se refere ao fornecimento de informações e evidências de acontecimentos em diferentes épocas, de modo sistematizado e em diversos âmbitos, eclesiástico, jurídico, da vida pública e privada, e outros tantos. Nesse sentido, Galzerani (2013) esclarece que os documentos, sejam eles textos escritos, fotografias, registros audiovisuais ou qualquer outra forma de registro, constituem um rico tesouro de conhecimento histórico e cultural. Visto que uma multiplicidade de informações pode ser transmitida através deles, é importante reconhecer que esses arquivos não são simplesmente fontes passivas de dados a serem extraídos, mas sim portadores potenciais de diversas histórias e memórias que aguardam serem desvendadas pelos questionamentos perspicazes dos investigadores.

Nessa linha interpretativa, é importante ainda o reconhecimento de que a preservação do patrimônio cultural é uma atividade que vai bem além da necessidade de referência para construção de identidades de um povo. Em sua trajetória formativa ganhou dimensões que, na visão de Santos (2010) permeia duas concepções:

[...] primeiramente, a noção de que no contexto nacional existem culturas diversas e plurais, ou seja, a ideia de que a nação brasileira comporta infinidade de culturas e a noção de que a cultura congrega bens materiais e imateriais [...]. No processo de construção social da memória edificam-se identidades e patrimônios culturais diversos. (Santos, 2010, p. 82).

O Brasil é um país formado por uma diversidade em vários sentidos, cultural, religioso, social, isso vale dizer que também se aplica ao contexto patrimonial. A preservação deste patrimônio deve ser feita de maneira a garantir que as histórias registradas levem os leitores a reconhecer algumas dimensões dos seus registros, oferecendo margens compreensivas dos seus significados no passado e suas relevâncias para o presente e o futuro. Nesse sentido, Tomaz e Mackenzie (2010) afirmam:

O estudo do patrimônio cultural promove a valorização e consagração daquilo que é comum a determinado grupo social no tempo e no espaço. Esse patrimônio compreende três grandes categorias: a primeira engloba os elementos pertencentes à natureza, ao meio ambiente; a segunda refere-se ao conhecimento, às técnicas, ao saber e ao saber fazer; e a terceira trata mais objetivamente do patrimônio histórico, que reúne em si toda a sorte das coisas, artefatos e construções resultantes da relação entre o homem e o meio ambiente (Tomaz e Mackenzie, 2010, p.3).

Deste modo, é pertinente o entendimento de que o conceito de patrimônio cultural na atualidade revela a importância de preservação também das manifestações culturais presentes na sociedade.

Promover discussão acerca da importância da preservação de fontes arquivistas da história local, buscando o reconhecimento da sua relevância para o ensino/aprendizagem da história local é também o objetivo deste estudo. Contudo, busca-se ainda, identificar a consciência histórica dos discentes relativa à preservação de fontes arquivísticas como base para a construção do conhecimento no estabelecimento de relação entre ensino/aprendizagem da história local, além da

construção social da memória coletiva, edificando as identidades e a diversidade de patrimônios culturais que as compõem.

É partindo desse reconhecimento que surgiu o interesse em desenvolver um trabalho que contemple os processos de interpretação e utilização de fontes arquivísticas no processo de ensino/aprendizagem de história local, pautado principalmente pela riqueza documental que o município de Caetité-Bahia possui.

A pesquisa documental contribui para a prática docente em sala de aula na busca de resultado de outras ações como a pesquisa e o diálogo com os distintos campos do conhecimento. Traz a possibilidade de se trabalhar a história local em todas as séries de forma articulada com os diversos conteúdos e disciplinas e que instigue os professores em suas práticas docentes, assumindo o papel de profissionais que promovem o diálogo entre o conhecimento histórico de modo interdisciplinar.

Outro fator relevante é que quando a escola não promove o contato entre os alunos e as instituições de guarda documental, eles não compreendem os sentidos de se preservar a memória histórica. Além disso, tomam contato com a história local apenas por meio das datas comemorativas municipais e através de passagens de textos de livros, na maioria das vezes, que não estão conectados com a sua realidade local. A partir desses pressupostos, surgem alguns questionamentos: Como o APMC, incluindo seu acervo pode impactar positivamente as aulas de História? Como aproximar Arquivo e escola?

Essas são as questões que a presente Dissertação se propõe a discutir. Para desenvolver a pesquisa, fizemos um levantamento bibliográfico de estudos que se debruçavam sobre a importância dos arquivos públicos e sua história, bem como, entrevistas com profissionais da educação.

A escolha desta temática e desta metodologia leva em consideração a importância de se estudar a história local, prevista nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), bem como na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento de caráter normativo que rege a educação nacional. Entendemos como forma de aproximar não só os alunos, mas toda a comunidade do conhecimento histórico e a preservação da história local e de suas memórias.

Para tanto, este texto foi estruturado da seguinte forma: o primeiro capítulo, intitulado “O Arquivo Público de Caetité: Sua História”, discorre sobre o Arquivo

Público de Caetité: sua história, abordando, brevemente, ano de formação, linhas de atuação, quantidade e tipologias de acervos preservados. Considera ainda em seu acervo uma vasta gama de fontes primárias que podem ser usadas para produzir conhecimento novo e original. Além disso, eles ajudam na educação, fornecendo materiais que podem enriquecer o ensino da história e outras disciplinas. Traz também aspectos da constituição de arquivos no Brasil.

O segundo capítulo, tem como título “O APMC, seu Acervo, Projetos e Ações Educativas”. Este é composto por documentos tais como, manuscritos, correspondências, coleções de fotografias que capturam momentos históricos, eventos e personalidades locais, materiais que narram a história da cidade e de seus habitantes relacionados à gestão municipal, incluindo leis, decretos, atas de reuniões, edições de jornais locais e outras publicações periódicas que registram acontecimentos importantes. Pretende-se ainda neste capítulo trazer relatos através de entrevistas com funcionários que possa ressaltar quais os maiores desafios para a manutenção do APMC na atualidade, bem como seus projetos e ações educativas.

Nessa mesma perspectiva, o terceiro capítulo, “A Relação de Arquivo/Escola: Como Potencializar o Ensino da História Local a Partir do APMC” também apresenta a relação arquivo/escola como forma de potencializar o ensino da história local. A partir do uso de documentos históricos em sala de aula, são analisadas as possibilidades de repensar a forma como a História local é abordada, proporcionando aos alunos uma conexão mais concreta com o passado de sua comunidade. O capítulo também discute o papel do professor como mediador nesse processo, enfatizando sua responsabilidade na preservação da memória e na valorização do patrimônio documental como recurso pedagógico.

Por último, o capítulo quatro, constitui a parte empírica da pesquisa, centrando-se na análise e discussão dos resultados obtidos. Ele apresenta uma abordagem prática ao investigar como o APMC pode ser integrado ao ensino de História local.

Dessa forma, espera-se do presente trabalho uma modesta contribuição com o objetivo de aprimorar a prática docente em sala de aula enquanto fruto e resultado de outras ações como a pesquisa e o diálogo em diferentes espaços. Desejamos apenas oferecer de modo mais articulado possibilidades de interação entre Arquivo Público e escola, no sentido de viabilizar a construção de uma história local em sala de aula, quando professores e alunos tornem-se protagonistas.

I – O ARQUIVO PÚBLICO DE CAETITÉ: SUA HISTÓRIA

1.1 Antes, Casa de Câmara e Cadeia de Caetité

Falar do APMC é também refletir sobre a preservação e o acesso aos documentos: Institucionais, pessoais, públicos ou privados, os documentos, com o passar do tempo, ganham significado histórico e se tornam patrimônio público, e podem ser utilizados para diversos fins. Para os historiadores, em especial, tem uma fonte valiosa para pesquisas explorando a história local, genealogia, estudos urbanos, e outras áreas de pesquisa histórica. Os documentos preservados aqui oferecem uma visão detalhada e autêntica do passado do município e de sua evolução ao longo do tempo. Entretanto, para que esses documentos estejam acessíveis à pesquisa é preciso que se estabeleçam meios de preservá-los. São documentos que reúnem informações sobre marcos importantes, crescimento do município, dados da economia e tantos outros que ajudam na preservação da memória local e contribuem para que as futuras gerações possam compreender toda a história do município em que residem, sobre um passado cada vez mais presente nas praças, ruas, igrejas. Podemos observar no entorno, que ainda há antigas residências com “muitos e grandes quintais e chácaras”, edificação comum às casas urbanas dos sertões baianos. Vários desses casarões servem de moradia aos herdeiros de antigas famílias, e por eles são preservados, mas há muito a ser feito para que se mantenha preservado o vasto casario antigo da cidade de Caetité, que ainda hoje encanta os seus moradores mais antigos, as novas gerações e seus visitantes.

Sendo assim, este capítulo trata do surgimento do sobrado, onde funciona o Arquivo Público datado do início do século XIX, período de construção de edifícios religiosos e civis, como é o caso da Casa de Câmara e Cadeia. O APMC desempenha um papel fundamental para a preservação da história, dos costumes e tradições do município. De acordo com Helena Lima Santos, em sua obra “Caetité: pequenina e ilustre” (1997), a Casa de Câmara funcionou no sobrado, que era a cadeia, cujo interior pode ser observado na figura 1. Na figura 2, observa-se após ter sua construção por volta de 1841, ocupando as salas de cima, permanecendo até 1891.

Figura 1- Interior da Cadeia Municipal de Caetité⁴



Fonte: Acervo do Arquivo Público Municipal de Caetité/BA

A construção do sobrado passou por um processo de escolhas e decisões datadas de 1813, quando o ouvidor da Câmara definiu o local para que fosse erguido no Largo do Severino, hoje conhecido como Praça Dr. Deocleciano Teixeira. Deste modo, considera-se esta como sede própria, já que as reuniões aconteciam nas casas e em espaços alugados. O edifício que abriga o Arquivo Público do Município é um exemplar de estilo colonial, com uma rica tradição secular. Sua história remonta a tempos distantes, evocando um passado que se estende muito além de nossos dias. É um patrimônio que pertence ao nosso povo e merece ser cuidado com o máximo respeito e merecimento⁵.

Consta-se⁶ que o sobrado dividiu espaço entre o funcionamento da câmara e da prisão até o ano de 1916. Já no ano de 1987, foi construído um prédio para abrigar

⁴ Imagem cedida para registro fotográfico em visita ao Arquivo Público Municipal, no dia 14 mai. 2023.

⁵ Informações obtidas no site: <http://www.caetite.ba.leg.br/historia-da-camara/#:~:text=Instala%C3%A7%C3%A3o,Ju%C3%ADzes%2C%20Procurador%20e%20o%20Escriv%C3%A3o>. Acesso em: 21 jun. 2023.

⁶ Esse era o modelo colonial, as chamadas Casas de Câmara e Cadeia. Elas obedecem a um padrão estético e de funcionalidade.

os presos e o sobrado então ficou abandonado, até que foi instituído o Arquivo Público Municipal, como se conhece hoje.

Figura 2- Casa de Câmara e Cadeia de Caetité/BA



Fonte: Acervo do Arquivo Público Municipal de Caetité/BA

A construção do APMC é um exemplo autêntico da transição do século XVIII para o XIX⁷. As casas e câmaras desse período mantiveram estilos semelhantes e a estrutura e processo de construção dessas edificações foram preservadas até os dias atuais, incluindo o madeiramento original. Além disso, o uso de contra piso de origem portuguesa acrescenta valor histórico, tornando-o um exemplar de patrimônio material significativo. É importante ressaltar que a rua onde o APMC está localizado era, no passado, uma área central de poder, inclusive abrigando uma prefeitura (Fausto et al, 2023).

1.2 De Casa Legislativa e Cadeia à Arquivo Público Municipal

Como se sabe, a Bahia é considerada como núcleo formador da história do Brasil, e, portanto, possui importância histórica e arquivística, reunindo cerca de 417 municípios que, de acordo com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais

⁷ Possui valor histórico, cultural, arquitetônico e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados. Estes bens devem possuir valor de preservação para todo o Estado da Bahia.

da Bahia, contou com o apoio da FPC - CM e APB para a institucionalização e a implementação dos arquivos municipais. Segundo Pires (2009), o APMC foi criado em 1996, por iniciativa de professores do curso de História e Letras da Universidade do Estado da Bahia – Campus VI (Caetité), através de um convênio tripartite envolvendo a Prefeitura Municipal, a UNEB e o APEB. Em 19 de abril de 1996, realizou-se uma reunião na Câmara de Vereadores de Caetité, com a finalidade de discutir os termos de um convênio de parceria entre a Prefeitura Municipal, o APB e a UNEB, ocasião em que foi aprovada a Lei n. 03 de 13 de junho de 1996 (Anexo A), dispondo acerca da concessão de direito real de uso do prédio, onde era a antiga cadeia, para funcionamento do APMC. Nesse encontro, foram alcançados os primeiros passos para formalizar o convênio, implantar o Arquivo e integrá-lo ao Sistema Estadual de Arquivos. Salienta-se, de acordo com documento do acervo (Anexo B), que no ano de 2005, a Prefeitura Municipal de Caetité, expediu Decreto de n. 066, de 28 de março, aprovando o regimento interno do APMC.

Após a abertura do processo de tombamento nº 003/1981, o imóvel recebeu o tombamento estadual por meio do Decreto nº 28.398/81, datado de 10 de novembro daquele mesmo ano. Em 2007, o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC) registrou o estado de conservação do imóvel como bom, porém observou que algumas modificações foram feitas nas instalações originais, como a inclusão de banheiros, bem como a reabertura das fachadas, seguindo uma configuração original, porém com a instalação de esquadrias de desenho moderno (Arquivo Público Municipal, 2020).

1.3 Como surgem os Arquivos, sua importância e histórico da constituição de arquivos no Brasil

A ideia da construção de um arquivo público data do século XIX e consta da Constituição de 1824, em seu artigo 70, momento em que se percebeu a necessidade de um local onde deveria ser preservado um conjunto documental.

A fundação do arquivo acontece em meio ao período das reformas e final do período regencial, sob comando do Partido Conservador. E essa valorização buscava a organização imperial através da elaboração de instituições que disseminassem ideias de nação e civilização. O objetivo era a preparação do povo e a estabilidade da

integridade territorial. Diante disso, fundaram-se o Imperial Colégio de Pedro II e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Mattos, 1999). O arquivo visa a preservação da informação, além de ser responsável pela guarda de papéis que fazem parte da memória nacional, evitando danos que possam ocasionar a sua perda. Executa as funções específicas conforme a organização e administração. O Arquivo do Império foi organizado em três seções – legislativa, administrativa e histórica, mediante a natureza da documentação. A primeira ficaria com toda conservação da parte legislativa, a segunda por todos os atos dos poderes Executivo e Moderador, além de documentos pertencentes a igreja. Sendo toda seção histórica e assuntos mais diversos, como registros de batismo, casamento e óbito da família imperial; mapas, planos oferecidos ao governo sobre a história do império e o aperfeiçoamento da agricultura, do comércio, da indústria, da navegação, das ciências e das artes.

No período do Império, o arquivo começou como um anexo à Secretaria do Estado dos Negócios, tornando-se autônomo em 1840, e vai até 1854, quando foi transferido para uma repartição única. De acordo as leituras feitas, havia muita dificuldade em manusear tais documentos, principalmente em relação ao tratamento dos acervos e isso se dava devido à falta de preparação dos funcionários, dificultando o bom funcionamento da instituição e a própria acomodação desses documentos.

Destacamos a importância das instituições Arquivistas desde o período imperial como sendo fonte de pesquisa e de preservação do patrimônio documental em todas as esferas, sempre com a implantação de novos decretos, como o de 1860 n.2541 que passa por reforma, mantendo a mesma divisão das seções, mas detalhando as atribuições de cada uma. Como por exemplo, a classificação documental baseada numa periodização da história do Brasil, dividindo em três classes de acordo as três épocas – Brasil Colônia – Brasil Reino Unido – Brasil Império. Observa-se aqui uma maior organização do órgão que vai ganhando diversas transformações e estabelecendo novas formas de trabalho mais detalhadas.

Em meados de 1876, o arquivo passa para Arquivo Público do Império, com isso veio a criação de uma biblioteca que seria organizada e composta pela coleção impressa da legislação, administração, história e geografia do Brasil. Diante dessas reformas, houve a necessidade de formar profissionais capacitados para o tratamento e preservação documental de um patrimônio histórico-cultural para a construção da memória de uma nação. Saliento a importância da conscientização sobre Patrimônio

histórico cultural, o impacto que pode vir a ser para uma sociedade em sua trajetória social e local. Yamashita e Paletta (2006) afirmam que:

O Brasil de Quinhentos anos é jovem e seu acervo bibliográfico é escasso. Grande parte da história do país se perdeu ora por estar registrado apenas no intelecto dos que já se foram, ora por constar de documentos em precário estado de conservação (Yamashita e Paletta 2006, p. 175).

Diante dessa constatação, entende-se que parte da nossa história estará para sempre perdida, visto que a preservação e conservação de documentos históricos, essenciais para a construção cultural de um país, nem sempre estiveram em pauta. O papel que os arquivos públicos desempenham através da construção do conhecimento auxilia na forma de como a sociedade passa a se entender e a se reconhecer além do sentimento de pertencimento e diante da discussão sobre arquivos, patrimônio, memória, levanta-se a questão do ensino e como essas questões são levadas, elaboradas e discutidas em sala de aula.

López (2010) ressalta que a relação do público escolar com o arquivo se dá diante da necessidade de aproximação do estudante com novas práticas e novas concepções pedagógicas em que tange a busca de novas estratégias de aprendizagem em oposição ao ensino tradicional, contribuindo para a construção da memória educativa.

Vale ressaltar que a justaposição arquivo e escola, aproximando o acervo documental do aluno, cria inúmeras possibilidades de uma nova forma de perceber a história. Explorar o uso de documentos em sala de aula visa mostrar como a história é construída, como se constrói também a memória. Os livros didáticos apresentam muitas vezes extratos de documentos, por vezes aparecem mais como uma mera ilustração. Nem sempre o livro mostra qual a melhor forma de torná-los significativos. Nesse sentido, é muito importante capacitar o professor a perceber e utilizar melhor esses documentos. E na medida do possível, explorar os documentos do arquivo público local, promovendo assim aproximação entre arquivo e escola.

Medina (2016) expõe seu ponto de vista em relação a arquivologia como sendo base na construção da identidade e memória local e nacional. Os arquivos são, em geral, espaços que devem acolher a sociedade na busca da valorização do

conhecimento e interação dessas pessoas. Ou seja, desfazendo concepções que esses espaços são somente para pesquisadores ou local de papel velho.

A tecnologia tem promovido essa aproximação, ainda que timidamente. Os órgãos governamentais precisam estar presentes na organização e ampliação dos arquivos públicos, os governos devem facilitar e garantir o acesso aos documentos, dando condições da participação da sociedade junto a informação à educação.

Marinho Júnior & Silva (1998) e Belloto (2014) destacam quanto a finalidade dos arquivos públicos em preservar e disponibilizar acesso aos documentos sob sua responsabilidade às informações registradas nos documentos sob sua guarda.

Ainda de acordo ao pensamento de Marinho Júnior & Silva (1998), os arquivos públicos são vistos como um lugar somente de estudiosos, o que distancia a sociedade. Deve-se, então, buscar a aproximação dos cidadãos em geral com o público escolar. Marinho Júnior e Silva ressalta que os materiais são bens de produção e promovem através do ensino e aprendizagem o reconhecimento de uma cidadania.

Belloto (2014) apresenta um estudo sobre a importância do arquivo e Museu, mostra que cada um exerce seu papel no que tange aos órgãos de documentação existente e que seus objetivos são distintos, sendo o Museu o espaço de reviver a memória, uma vez que existe uma grande preocupação com o desaparecimento da memória. Daí surge a necessidade desses espaços em fazer reviver as experiências daqueles que vivem ou viveram naquele lugar, já o arquivo é o receptor, colecionador, com objetivos educativos e culturais.

Nora (1993) destaca que estamos passando por uma aceleração da história – aceleração do tempo, aceleração dos processos sociais – que seria uma oscilação cada vez mais rápida de um passado morto. Dessa maneira, os documentos são as principais fontes para visar a memória daquela sociedade.

A diversificação nas metodologias e ferramentas de ensino podem proporcionar aos alunos e professores uma maior aproximação com a história, especialmente na exploração do acervo contido nos arquivos, quer pelas idas das escolas aos arquivos, quer por meios digitais.

De acordo Caimi (2008) no período de 1980 a 1990, as transformações no ensino de História, no campo do saber escolar nacional, influenciada pela nova História, foram pautados, dentre outras propostas, pela inserção de diversas linguagens de ensino, com o uso do cinema, da música, da imagem e dos documentos

históricos. Além do mais, a realização de visitas em arquivos, museus, sítios arqueológicos e a valorização da história local. E é nessa ótica que circundam os acervos e enaltece a conservação da memória, mostrando a necessidade de perceber a singularidade através de museus, arquivos que são “lugares de memória”.

De início é pertinente destacar que os arquivos públicos não têm o caráter educativo como principal característica, os serviços de cunho educativo nas instituições arquivísticas passaram a ser realizados visando a educação patrimonial. Deste modo, tais serviços se apresentam como mediadores das instituições de caráter cultural como bibliotecas, museus e os arquivos, que apresentam a sociedade acervos diversos, conforme enfatiza Possamai (2010).

No contexto da aproximação da escola com o arquivo, esta é uma relação decorrente das novas propostas e concepções pedagógicas que visam a realização de práticas experimentais e, principalmente, o conhecimento da história local visando a aprendizagem em caráter significativo; como posição ao ensino tradicional que visava apenas a recepção de conteúdo (Lopes, 2010).

Cabe ressaltar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), lei que versa sobre a política de organização da educação, destaca os princípios ligados ao pluralismo de ideias e concepções pedagógicas; a liberdade de aprender, pesquisar, ensinar e divulgar a cultura, o pensamento, o saber, a arte e a valorização das experiências extraescolares. A LDB ainda determina que os processos formativos desenvolvidos na convivência; na instituição familiar e educacional, movimentos sociais organizações da sociedade civil e manifestações culturais, são essenciais para a abrangência da educação, considerando a relevância do desenvolvimento intelectual e pensamento crítico por parte dos alunos (Brasil, 1996).

Tendo em vista a natureza do patrimônio cultural dos documentos, no contexto da arquivologia, depreende-se tratar de elemento construtor de identidade e da memória nacional e local. Desse modo, os arquivos podem ser vistos como repositório da memória e do espaço cultural que devem ser difundidos para a sociedade como um todo visando a valorização, preservação e respeito (Medina, 2016).

Na concepção advinda do reconhecimento acerca da importância que os arquivos públicos possuem como instituições contribuintes para uma aprendizagem de caráter significativo, tem-se o desfazer de estereótipos de que essas instituições

são espaços de pouca atratividade destinados apenas para pesquisadores, não sendo possível constituir interação com instituições escolares.

Nesse sentido, é importante destacar a função cultural das instituições arquivísticas que surgiu em meados do século XIX, tendo como marcos: a exposição paleográfica e de selos nos *Archives Nationais*, no ano de 1857; e a inauguração do Museo del Archivo, dez anos depois. A partir do século XX, observou-se a realização e o desenvolvimento de estudos teóricos, experiências e publicações com a temática sobre difusão cultural nos arquivos (Medina, 2016).

Assim, identifica-se a produção de um novo prisma acerca da potencialidade educativa dos arquivos públicos. Potencialidade esta avistada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) que, juntamente com os governos nacionais, se dedicam a impulsionar a organização e difusão dos arquivos públicos, sendo dever desses últimos, garantir o acesso aos documentos para que sejam reconhecidos como patrimônio documental e da sociedade do conhecimento, visando o fomento da circulação das ideias e conhecimentos adquiridos nos documentos de arquivos que contribuam para a educação, a cultura e à ciência.

Podemos observar que no Plano Nacional das Políticas Educacionais (PCN's) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sugestões de orientações e métodos didáticos da disciplina de história, onde sugere considerar a variedade de fontes documentais e obrigatório ao professor buscar alternativas para a aproximação do aluno ao seu objeto de conhecimento.

A história local surge com o objetivo de analisar os eventos históricos comumente excluídos da história tradicional. Essa abordagem histórica, diferentemente da história geral, considera múltiplos eventos e sociabilidades como formadores da história. A experiência do sujeito social é considerada importante para as construções históricas.

A história local parte de um ponto de vista pormenorizado em relação à história global, sem existir contraposição ou rivalidade entre tais histórias. Por isso, a ideia em elaborar um material didático que possa servir como ponto de partida aos professores durante as aulas sobre história local, solidificará o conhecimento histórico, relacionando-o ao cotidiano dos agentes envolvidos no processo educacional do município de Caetité.

As ideias de Rüsen (2001; 2007) referenciam essa proposta de trabalho no que diz respeito às necessidades de se desenvolver uma educação que vise a formação crítica e próxima da realidade dos alunos. Nesse sentido, texto e objetos ganham importância singular, daí a necessidade de se conhecer os arquivos públicos e seu potencial, não só como guarda do patrimônio histórico, mas também como espaço aberto a outras tantas possibilidades, como sala de aula.

É nessa vertente que se identifica a relevância da função social que o patrimônio possui, em ser um composto de elementos voltados a salvaguardar a história e a memória de um lugar, possibilitando que sejam visitados e revisitados com olhares atentos às trajetórias e culturas dos nossos antepassados que esses patrimônios guardam e preservam.

Analisando os trabalhos feitos sobre arquivos públicos, vemos que muitos desses estão buscando a conscientização sobre a importância dos arquivos, além de diagnosticar a atual situação do espaço e seus acervos. O jornalista alemão, Carl Von Koseritz, em seu artigo sobre Arquivo Nacional, faz uma abordagem retratando os anos de abandono da instituição e que finalmente havia sido organizada, mesmo não possuindo grandes recursos. Ele fala sobre o espaço limitado e a pequena quantidade de funcionários e o processo de organização: haviam salas divididas e o arquivo se encontrava muito bem organizado de maneira que era possível encontrar os documentos com facilidade. Koseritz, enfatiza a intervenção do ministro do Império ordenando que todos os documentos pertencentes à História fossem remetidos ao Arquivo do Império, esperando que, dessa forma, pudesse reparar os estragos do tempo. Ele também destaca em sua visita o livro de posse dos vice-reis, bem como a Constituição de 1824, dentre outros documentos, ressaltando que o arquivo possui uma vasta documentação no que se refere à História do Brasil.

Todo o processo de uma estruturação adequada do Arquivo Nacional durou muito tempo. A realidade do Arquivo Nacional hoje não é o que se vê em tantos outros arquivos públicos. Estudos mostram a enorme dificuldade com relação a organização, tratamento, bem como a falta de recursos humanos, financeiros e também sobre a dificuldade de acesso por parte do público ao acervo. É preciso criar mecanismos estruturais que garantam a aproximação da sociedade, bem como o acesso à informação.

Para tanto, é importante destacar que a preocupação com estes documentos visa à preservação dos acervos, bem como manter em posse do Império, especialmente aqueles que pudessem servir à história diplomática, como os decretos e outros documentos eclesiásticos. A direção do arquivo estava ligada, entre outras instâncias, ao exercício de amparar, além do objetivo de preencher as lacunas da “História do Brasil”, pensando na perspectiva do Império recém instaurado.

É ainda Carl Von Koseritz que explica o rompimento da política com Portugal e que após esse processo tangia aos homens (que sabiam ler e escrever) escrever a história do Império, enaltecendo sua origem americana e mantendo sua origem portuguesa, cristã, um passado que mantivesse os resquícios monárquicos.

Pierre Nora (1993), destaca o Arquivo Público como um “lugar de memória”, logo seria notado como sendo também Cartorial, responsável por emissões de certidões, inserido na administração, lugar de atendimento às consultas de Estado, apesar de muitos esforços para que houvesse mudanças, o Arquivo Público prosseguiu desempenhando funções cartoriais, atendendo todas as questões burocráticas do Estado e das elites políticas.

Ainda nesse período, o Arquivo Público era composto por acervos doados, apenas com anotações para identificar. Dessa forma, havia inúmeras perdas de documentos bem como a valorização de alguns. Muitas vezes acontecia a sua total extinção, isso se dava pela falta de organização, catalogação e interesse das partes envolvidas.

Considerando a relevância que estes possuem no âmbito da preservação histórica e que, junto ao arquivo público, formula uma tríade voltada a resgatar importantes acontecimentos que devem ser mantidos vivos na história. Inicialmente, aborda-se a memória sob o olhar de historiadores, filósofos e sociólogos que se dispuseram a tratar da temática. Em seguida, faz-se uma interligação entre a relevância da memória para o patrimônio cultural. Por fim, discute-se a relevância do arquivo público para a educação patrimonial, visando, dessa forma, constituir um composto descritivo, capaz de promover entendimentos sobre como a memória, o patrimônio e o arquivo público merecem e devem ser conservados com objetivo de manter a história de uma sociedade viva e acessível.

1.4 A memória e suas implicações

O contexto que envolve o campo da história no âmbito educacional com abertura para novas fontes, abordagens e novos objetos, é resultado de uma aproximação com o contexto que emerge de um novo cenário histórico interligado à história cultural onde se obtém entendimento acerca das relações estabelecidas de tal modo imbricado entre história, memória e fontes.

Nesse sentido, a compreensão da “Revolução Documental” dentro do cenário da história, parte das concepções trazidas por obras clássicas diversas, como a de Jacques Le Goff e Pierre Nora, intitulada “*Faire L’ Histoire*” (1974), onde revelam um novo tipo de história que se expressa em objetos, problemas e abordagens, traçando novos caminhos para o estudo da história que se expressa em objetos, problemas e abordagens.

É, portanto, dentro desse cenário que, inicialmente, se discute o conceito de memória, que deve ser tratado e compreendido, considerando as suas diferenças em relação à história. Nessa perspectiva, Nora ressalta que “[...] a memória é vida, segue guardada pelos grupos vivos e em seu nome, ela está em seu nome, ela está em evolução permanente, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento [...]” Nora (1994, p. 03) a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta daquilo que já não é mais.

Considerando a relevância do pensamento desses autores quanto ao conceito de ‘memória’, torna-se importante abordar com mais afinco, as ideias defendidas por alguns dos principais historiadores que tratam desse tema.

Historiador francês conhecido por suas contribuições ao estudo da história medieval e tantas outras temáticas, Jacques Le Goff, em sua obra “História e Memória”, discute a importância da memória na construção da história e da identidade coletiva. Para Le Goff (1992), a memória é fundamental para a compreensão do passado e da história. Ele argumenta que a memória é um processo ativo e seletivo, no qual selecionamos e interpretamos os eventos e informações do passado que consideramos relevantes para nossa identidade e compreensão do mundo.

Além disso, Le Goff (1992) destaca a importância da memória coletiva, que é compartilhada por um grupo ou sociedade e que molda sua cultura e identidade. Ele argumenta que a memória coletiva é transmitida de geração em geração através de

rituais, tradições, monumentos e narrativas históricas; também enfatiza que a memória não é fixa ou imutável, mas sim influenciada pelo contexto histórico e pelas mudanças sociais e culturais ao longo do tempo. Portanto, a compreensão do passado e da história está em constante evolução e é moldada pela perspectiva e interpretação dos indivíduos e da sociedade em geral.

Pierre Nora, acima mencionado, é um historiador francês conhecido por suas contribuições ao estudo da memória e do patrimônio cultural. Em sua obra "*Les Lieux de Mémoire*", discute a relação entre memória e patrimônio, argumentando que a memória e o patrimônio são interligados e se reforçam mutuamente. Ele descreve o patrimônio como "um objeto material que transmite um significado imaterial" e a memória como a capacidade de lembrar, evocar e transmitir esse significado.

Segundo Nora (1984), o patrimônio é uma forma tangível de preservar a memória coletiva e os lugares de memória são locais que foram consagrados pela história e pela tradição. Esses lugares podem incluir monumentos, prédios históricos, museus e outros espaços que são considerados importantes para a preservação da identidade e da história de uma sociedade.

Nora destaca que a preservação do patrimônio é uma forma de manter viva a memória coletiva e de transmiti-la para as gerações futuras. No entanto, ele alerta para o perigo de transformar o patrimônio em um objeto de culto, perdendo de vista seu significado original e a relação com a memória que ele representa. Desse modo, é importante que o patrimônio seja mantido vivo e atualizado, incorporando novas perspectivas e narrativas que reflitam a diversidade e a complexidade da sociedade contemporânea. Ele argumenta que a memória e o patrimônio devem ser entendidos como processos dinâmicos, em constante evolução (Nora, 1984).

É preciso trazer essa ideia dentro dos conceitos de memória, como abertura para entendimento de que ela tem suas raízes no passado. Mais precisamente em algo do passado que pode ser resgatado no presente, sendo reconhecida, portanto, como "algo recuperável no presente", conforme salienta Possamai (2010). Nesse sentido e, ainda de acordo com o autor, o esquecimento não se opõe, nem opera contra a memória, ele seria parte constitutiva, vez que, conectada ao presente, ela se torna seletiva, escolhendo alguns aspectos para serem lembrados (Possamai, 2010).

Possamai (2010) nos remete ao contexto trazido por Pierre Nora sobre a definição de "lugares de memória", lembrando que estes são constituídos quando se

tem a compreensão de sua perda, da perda da memória, ao longo do tempo. Assim, o autor enfatiza que “a curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular de nossa história” (Nora, 1993, p. 07), ou seja, quando já não existe a memória. Acrescenta Nora: “[...] se habitássemos nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria porque, não haveria memória transportada pela história”. (Nora, 1993, p. 08).

Apresentamos agora o conceito de memória discutido por George Duby, historiador francês que se destacou por suas pesquisas sobre a Idade Média europeia. Em sua obra, ele aborda a importância da memória na construção da identidade cultural e social de uma sociedade, enfatizando ser fundamental para a compreensão da história, pois é através da memória que as pessoas constroem suas narrativas sobre o passado e o presente (Duby, 1976).

Ao defender a ideia de que a memória é uma forma de resistência contra o esquecimento e a perda da identidade cultural, Duby (1976) destaca a importância da memória coletiva para a construção de uma comunidade e para a perpetuação de suas tradições. Ele argumenta que as tradições são transmitidas de geração em geração, através da memória coletiva, fundamental para a manutenção da identidade cultural de uma sociedade.

Nesse sentido, os lugares de memória ocupam os espaços de vivência, com o objetivo de preservá-la. Assim, a verdadeira memória passa a fazer mediação com o tempo numa construção, um elo entre presente e passado, como afirma Possamai (2010).

Halbwachs (1990) afirma que a memória coletiva é construída socialmente e não é apenas um registro objetivo do passado. Para o autor, a memória coletiva é moldada por experiências compartilhadas de um grupo social e é influenciada pela posição e perspectivas dos indivíduos dentro desse grupo. A memória coletiva, portanto, é uma construção dinâmica e em constante evolução. Conforme Halbwachs (1990) existe uma interação entre a memória individual e a coletiva, onde as impressões pessoais se apoiam na memória coletiva com objetivo de atingir um ponto de vista, criando assim uma consciência de grupo, ainda que as lembranças coletivas se apliquem às individuais. Desse modo, e, de acordo com Halbwachs (1990), a memória é um processo social que depende da relação entre indivíduos e grupos

sociais, assim, argumenta que a memória individual é moldada e influenciada pelos grupos sociais aos quais o indivíduo pertence.

Para Halbwachs (1990), a memória não é simplesmente uma questão de armazenar informações, mas sim de construir e reconstruir a história a partir de uma perspectiva social. Em outras palavras, a memória é um processo ativo de interpretação e significado que é influenciado pelas estruturas sociais nas quais ocorre. E, portanto, enfatiza que a memória coletiva é uma construção social e que as memórias individuais são moldadas e influenciadas pela memória coletiva, que é mantida e transmitida por meio de rituais, histórias, monumentos e outras formas de comunicação social. Em resumo, para Halbwachs (1990), a memória não é um processo individual e solitário, mas sim um processo social e coletivo que é moldado pela cultura, história e sociedade em que vivemos.

Henri Bergson, filósofo francês do Século XX, que se interessou pela questão da memória e sua relação com o tempo, apresenta importantes concepções que contribuem para a compreensão da memória a partir de uma visão tão interessante quanto as descritas até aqui. Para Bergson (2006), a memória é um processo fundamental para a compreensão da vida, da consciência e da evolução do universo. Em sua obra denominada “Matéria e Memória”, o filósofo nos leva à constatação de conceitos consideráveis que intensificam as ponderações de interligação de imagens com a memória. Desse modo, as suas convicções teóricas da memória são apresentadas num contexto onde, para ele, se revela como um evento capaz de reformular o passado no presente. Assim, Bergson (2006) apresenta a memória como um evento que “[...] prolonga o passado no presente” (Bergson, 2006, p. 247).

De acordo com Bergson, a memória não é uma simples reprodução de imagens do passado, mas sim uma forma de reconstruir o passado a partir de nossas experiências presentes. Ele concebe a memória como uma espécie de intuição que nos permite captar o passado em sua continuidade e sua duração.

Bergson divide a memória em duas formas: a memória habitual e a memória pura. A memória habitual é a que nos permite lembrar de fatos passados que se repetem com frequência em nossa vida, como o caminho que fazemos todos os dias para o trabalho. Já a memória pura é a que nos permite reconstruir o passado em sua totalidade, incluindo as emoções e as sensações que vivemos naquele momento.

Nesse sentido, compreende-se que, para Bérghson (2006), a memória é também uma forma de enfrentar a morte, pois ela nos permite manter uma relação com o passado e com as pessoas que já morreram. Além disso, a memória é também uma forma de criar uma identidade, uma continuidade entre o passado e o presente, que nos ajuda a compreender quem somos e como chegamos até aqui.

No cenário brasileiro, os trabalhos de Ecléa Bosi, importante socióloga e antropóloga, estudiosa da memória e da cultura popular, merece destaque. Em seus estudos, especificamente no livro “memória e sociedade” (1994), Bosi afirma que a memória é uma construção social, ou seja, é influenciada pelo meio em que a pessoa vive e pelas experiências que ela teve ao longo da vida. Para a autora, a memória é um processo dinâmico e complexo, que envolve tanto a retenção de informações, quanto a seleção e interpretação dessas informações. Ela também destaca que a memória não é uma simples reprodução do passado, mas sim uma reconstrução desse passado a partir do presente.

Além disso, Bosi (1994) defende a importância da memória coletiva na construção da identidade cultural de um povo, afirmando que a memória é fundamental para a preservação e transmissão da cultura popular. Ela acredita que a memória coletiva é uma forma de resistência e de afirmação cultural, principalmente em contextos em que a cultura popular é marginalizada ou ignorada. A realidade voltada a compreender como a memória se revela dentro de diferentes contextos e concepções. Ainda, como ela é percebida enquanto lugar de recordações, destinado a promover discussões sobre a importância que possuem os objetos e espaços enquanto elementos constitutivos da memória.

Pierre Nora, leva-nos a discutir também a sua relação com elementos que oferecem estruturas para sua contextualização nos diferentes espaços em que histórias são contadas e apresentadas. Nesse sentido, estudiosos têm debatido extensivamente a relação entre memória e patrimônio, para abrangermos um pouco as discussões, abrimos a seção seguinte.

1.5 Memória e Patrimônio

Le Goff (1998), ao discutir a relação entre memória e patrimônio, argumenta que a memória é fundamental para a construção e manutenção do patrimônio e que

o patrimônio é uma forma de materializar e preservar a memória coletiva. O historiador ressalta que a memória é uma construção social, moldada por uma série de fatores, incluindo a cultura, a linguagem e a história. Assim, o patrimônio é uma forma de memória materializada, que pode ser vista como uma fonte de conhecimento e identidade cultural.

Desse modo, Le Goff (1998) destaca a importância do patrimônio como um recurso para a educação e a preservação da história. O autor acredita que o patrimônio é uma forma de transmitir a história para as gerações futuras, e que isso é fundamental para a preservação da identidade cultural e da coesão social. Assim, para Le Goff (1998), o patrimônio é uma construção em constante evolução, que deve ser continuamente reinterpretado e recontextualizado. Portanto, não deve ser visto como algo fixo e imutável, mas sim como uma expressão dinâmica da cultura e da sociedade.

Pierre Nora (1984) explorou a relação entre memória e patrimônio, argumentando que a memória é um processo animado que não pode ser simplesmente preservado ou armazenado em um lugar ou objeto físico, mas é construído e reconstruído continuamente através dos meios social e cultural.

Pierre Bourdieu (1979) tem uma abordagem crítica em relação ao conceito de patrimônio. O autor argumenta que a ideia de patrimônio é usada para legitimar a desigualdade social e a dominação cultural. Nessa perspectiva, ele enfatiza que o patrimônio cultural é uma forma de capital simbólico que é acumulado por certos grupos ou classes sociais. Assegura ele que o patrimônio cultural é mantido e seguido por meio de práticas e rituais culturais, representando uma forma de estabelecer a distinção e a autoridade social.

Em sua reflexão, Bourdieu afirma que o patrimônio cultural é uma construção social que reflete as relações de poder e a luta vivida entre diferentes grupos sociais, uma vez que a definição de patrimônio cultural é determinada pelas elites culturais e políticas que detêm o poder de definir o que é valioso e digno de ser preservado (Bourdieu, 1979).

Importante destacar ainda que Bourdieu (1979) critica a ideia de que o patrimônio cultural é algo estático e intocável. Para ele, o patrimônio deve ser visto como um campo de luta, onde diferentes grupos disputam a interpretação e a valorização dos bens culturais. O autor destaca que o patrimônio cultural não deve ser

visto apenas como um objeto de contemplação estética, mas sim, como um recurso social que pode ser utilizado para promover o desenvolvimento econômico e a inclusão social. Nesse sentido, ele defende a importância de democratizar o acesso ao patrimônio cultural e de envolver as comunidades locais em sua preservação e gestão.

Compreende-se, a partir da reflexão de Bourdieu, que o conceito de patrimônio cultural deve ser visto de forma crítica, como uma construção social que reflete as relações de poder e a luta testemunhadas entre diferentes grupos. Sua ênfase recai sobre a importância de democratizar o acesso ao patrimônio cultural e envolver as comunidades locais em sua preservação e gestão (Bourdieu, 1979).

Ainda de acordo com Bourdieu, o patrimônio é um produto social, produzido, selecionado e legitimado por elites culturais em um processo de luta pelo poder e prestígio, ou seja, a noção de patrimônio não é natural, mas sim uma construção social que reflete interesses e valores específicos. O patrimônio seria, dentro dessa concepção, uma forma de capital cultural, que pode ser usado para legitimar a posição de poder de uma determinada classe social. Assim, são as elites culturais que definem o que é considerado patrimônio com base em suas próprias crenças e gostos, perpetuando assim a sua própria posição dominante (Bourdieu, 1979).

Bourdieu (1979) destaca que a noção de patrimônio não é universal. Diferentes culturas têm diferentes formas de produzir e respeitar o patrimônio, cuja compreensão ocidental dominante é influenciada por sua própria história e tradições culturais. Portanto, a sua contribuição crítica para o debate sobre patrimônio cultural é enfatizar a dimensão social e política da produção e seleção do patrimônio, e, especialmente, chamar a atenção para as relações de poder que moldam as nossas raízes e valores culturais.

Conforme Halbwachs (1990), podemos entender que os objetos e lugares considerado patrimônio cultural não são simplesmente uma lista objetiva de bens culturais, mas são construções sociais que refletem as preocupações e perspectivas de uma determinada sociedade. O patrimônio cultural é moldado pelas práticas sociais e pelas narrativas que as comunidades constroem ao longo do tempo, e essas práticas e narrativas podem mudar à medida que as sociedades evoluem.

Compreende-se que a relação entre memória e patrimônio é complexa e multifacetada. A memória é um processo social e culturalmente construído, enquanto

o patrimônio cultural é uma forma de capital simbólico que é acumulado e transmitido através de práticas culturais. Ambos são fundamentais para a compreensão da identidade cultural e da história de uma sociedade. Em síntese, esses pensadores nos ajudam a compreender que o patrimônio não é algo fixo e imutável, mas sim uma construção social que está em constante evolução e que reflete as preocupações e perspectivas de uma determinada sociedade em um momento específico. Ademais, é sempre importante refletir sobre a relação entre poder e patrimônio, observando quais grupos sociais definem o que é patrimônio.

1.6 Preservação Documental no Brasil: A interiorização das políticas públicas de criação de arquivos e sua importância para a historiografia brasileira

A história da preservação documental no Brasil tem sido, infelizmente, uma história de indiferença ao direito ao passado, a memória e a cidadania, para utilizar as palavras de Maria Célia Paoli (1992). Segundo essa autora, tratar dessas questões é também refletir sobre as “relações sociais” provocado pela falta de consciência da importância de se preservar o patrimônio histórico:

Embora o Brasil não seja o único caso conhecido, parece claro que aqui a história não teve um papel formador de identidades [...] fazer com que nossa produção incida sobre a questão da cidadania implica fazer passar a história e a política de preservação e construção do passado pelo crivo de sua significação coletiva e plural. (Paoli, 1992, p. 25)

Já falamos na seção anterior sobre a trajetória do Arquivo Nacional, o primeiro implantado no Brasil, no ano de 1838, retornaremos a ele para conhecer um pouco dos obstáculos que marcaram as iniciativas de preservação documental no país. Conforme ressalta Adriana Hollós (2010), esse órgão nasceu atrelado à ideia de construção de uma identidade brasileira, o que resultou, necessariamente, numa política pública de preservação, conservação, acessibilidade e divulgação da documentação ali recolhida.

Entretanto, os problemas relacionados a essas questões foram fortemente enfrentadas no Arquivo Público do Império. Mal estruturado, o risco à documentação ia desde a má estrutura do prédio, aos perigos de incêndio e contaminação por pragas, demonstrando assim a vulnerabilidade daquela documentação. Sem o devido

acondiçãoamento, as caixas empilhadas tornavam os documentos inacessíveis à população.

Com a ampliação de seu acervo documental em 1860, o Arquivo Público do Império recebeu novos documentos relativos à legislação, à administração, à história e à geografia do Brasil, no entanto, essa massa documental somente poderia ser pesquisada por pessoas credenciadas pelo Imperador D. Pedro II. Percebe-se então o quanto a esfera pública e política interferiu no funcionamento desta instituição e restringiu o acesso aos documentos, prática que infelizmente ainda se arrasta até os dias atuais em muitos arquivos brasileiros.

Em geral, quando ocorriam intempéries, como incêndios e outros fatores de desgaste do material, os técnicos do Arquivo Nacional também procuravam, quando possível, a restauração dos documentos para que os mesmos pudessem ser lidos novamente. Mas, em meio a tantos problemas, Hollós (2010) enfatiza que foi a partir da instalação da sala de consultas que a informação, a memória e a pesquisa passaram a ser um direito de todo o cidadão.

Gradualmente, os documentos consultados foram submetidos a medidas preventivas de usos, com a finalidade de reduzir os riscos de deterioração e manuseio inadequado por parte dos usuários. Introduziu também uma fiscalização mais rígida quanto ao estado do documento antes e depois de ser pesquisado. A falta de profissionais especializados fez com que essas medidas – que denotam uma preocupação com a preservação documental – fossem atividade multidisciplinar, desempenhada por profissionais de diferentes áreas atuantes naquela instituição.

Neste mesmo período intensificam pedidos para a encadernação das coleções, compra de caixas, folhas, pastas e cartões, tubos para a conservação dos mapas, panos, guarnições, cânforas e a substituição definitiva das estantes de madeira por estantes de ferro batido evitando, assim, a proliferação de insetos. Sendo o primeiro arquivo brasileiro, a trajetória do Arquivo do Império é, até certo momento, a trajetória da preservação documental no Brasil e a matriz da implantação de muitas medidas adotadas até hoje em instituições desse tipo.

Após o Período Monárquico, essa instituição passa a se chamar Arquivo Público Nacional (1893), além disso, foram reformuladas as seções Legislativas, Administrativas, Judiciárias e Históricas; também foram oferecidas oficinas de encadernação para que os documentos ali encontrados não pudessem ser roubados,

e foi proibido o fumo em áreas de consulta. Normatizou-se a pesquisa documental com medidas de preservação da fonte e ainda se criou o cargo de conservador da Biblioteca com funções que iam desde a limpeza das salas, dos móveis, dos documentos, bem como, a aplicação de inseticidas nos documentos contaminados, pode-se perceber que houve uma preocupação mais acentuada em relação às políticas de preservação documental.

Mesmo diante de rígidas fiscalizações, órgãos como o IPHAN vão eleger a partir de 1977, novas memórias e temas de pertencimento, transformação social e cidadania, em substituição ao valor que era dado ao patrimônio histórico e artístico, agora entendido como bem cultural, redefinindo funções e metodologias para a conservação e preservação dos documentos.

Novos moldes e conceitos surgem na década de 1990, com relação à conservação preventiva dos estoques informacionais de caráter interdisciplinar compreendendo os aspectos políticos, culturais, técnicos e administrativos, quando também se verifica, neste período, vários projetos de cidadania e cultura que surgem fora dos órgãos institucionais e das academias como forma de democratizar e conscientizar a sociedade em espaços plurais e com ações preservacionistas com relação ao patrimônio.

A partir daí os arquivos vão manter a missão de preservar e conservar o patrimônio documental para que todos possam ter acesso à memória amparados na Lei nº 8159/91, que dispõe sobre a política nacional dos arquivos públicos e privados no Brasil, conforme declara o documento:

Art. 1º - É dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação (Brasil, 1991).

Embora essa lei tenha atribuído ao poder público, em todos os níveis de gestão, a guarda e a preservação dos documentos de arquivo, segundo o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), o cumprimento desta lei não acontece pelo fato de muitos municípios não possuírem arquivos institucionais. Aliás, conforme pesquisa deste órgão, somente doze capitais do Brasil possuem arquivos municipais e menos da metade desses arquivos contam com orçamentos, instalações próprias, condições de

segurança, publicações regulares e recursos humanos. Sendo que o restante dos arquivos abertos ao público funciona de forma precária.

No que tange a esfera municipal verifica-se uma maior dificuldade em relação à preservação da documentação histórica, pelo fato de muitos municípios brasileiros não possuírem arquivos institucionais, criados na forma da lei. Em geral, existem salas dentro das repartições públicas reservadas a serem depósitos de “papéis velhos”, que são empilhados, sem a menor condição de consulta. Sendo que, a criação e manutenção dos arquivos são tarefas que exigem comprometimento, responsabilidade e conhecimento, tanto por parte dos gestores quanto dos funcionários, nas diferentes funções que exercem.

1.7 HISTÓRIA INSTITUCIONAL DO APMC

Em Caetité, no alto sertão da Bahia, registra-se uma iniciativa de grande relevância em prol da preservação e divulgação da documentação histórica local. Percebendo a vulnerabilidade da documentação que se encontrava em salas de repartições públicas, depositadas sem nenhum critério de seleção, ou ainda em casa de particulares, professores dos cursos de História e Letras da Universidade do Estado da Bahia (UNEB/ Caetité), deram início a mobilização que levou a criação do APMC, em 1996, tornando-o uma referência para a região em virtude da rica documentação ali preservada (Pires 2011). O APMC institucionalizou-se com o Decreto nº 03 de 1996, que se criou efetivamente o então denominado Arquivo Público Municipal de Caetité. Contudo, nesse mesmo período a presença de professores dos cursos de História e Letras na instituição também se fazia visível. As fontes documentais não permitem afirmar quais as atividades eram efetivamente desenvolvidas pelo APMC neste período. Existem escassos registros, sendo que algumas poucas informações podem ser obtidas na legislação, que apresenta sempre uma situação formal que não é necessariamente realizada, O Arquivo guardava fundamentalmente documentos de valor Legislativo, Judiciário e executivo, bem como, documentos familiares que eram doados pelos seus membros. Outro fator acerca do papel que o APMC possui, enquanto instituição dedicada à construção do ensino em prol da valorização e preservação do patrimônio histórico local, enfatizo que o APMC é projeto pioneiro a discutir a importância de preservação e de

ressignificação do Patrimônio (material e imaterial), especialmente, desta região, nesse espaço de reconhecimento do Alto Sertão da Bahia, o ensino de história local tende a colocar os sujeitos, frente as suas realidades, observando os processos que marcam esse território como espaço de desenvolvimento e de história.

II- O APMC, SEU ACERVO, PROJETOS E AÇÕES EDUCATIVAS

2.1 O que compõe o acervo do Arquivo

O APMC é um exemplo de patrimônio que desempenha um papel crucial na sociedade. Sua função social é preservar um valioso acervo histórico da cidade, abrangendo documentos da sede e dos distritos, que refletem a importância adquirida pelo município nos séculos XVIII e XIX. Dentro desse acervo, encontramos uma variedade de tipos de documentos, como inventários, correspondências, revistas, jornais e outros. Cada um desses registros revela aspectos marcantes da história regional e do cotidiano da população.

Analisar em uma dissertação de mestrado todo o acervo do APMC é impossível, as fontes de pesquisa parecem inesgotáveis. A fim de demonstrar a riqueza das coleções e de registros escritos do APMC que datam de 1808, criamos uma tabela de análise que contém informações acerca dos acervos que são abertos ao público para consulta, esses acervos são utilizados por pesquisadores, visitantes, comunidade local e grupos de estudantes. A proposta visa também apresentar, de uma forma simples, informações que inspirem pesquisas, sejam elas acadêmicas ou possíveis áreas gerais a partir de uma documentação local.

Tabela 01: Acervos do APMC abertos a consultas

EXECUTIVO – 1810 A 2020
DOCUMENTOS DA INTENDÊNCIA (criação da vila de Caetité)
PROCESSO DE PAGAMENTO E FOLHAS DE PAGAMENTO (Prefeitura, pessoal, consumo)
ALVARÁS
DECRETOS
LEIS
ATAS
LIVROS DE PONTO
CONTRATOS
RELATÓRIOS
REGISTROS ESCOLARES (frequência)
DOCUMENTOS DE CEMITÉRIO
EDITAIS/ EDITAL PARA CONCURSO
LEGISLATIVO – 1810 A 1997
PROJETOS DE LEI
ANTE PROJETO

ATAS
REGISTROS CONTÁBEIS
PROCESSO DE PAGAMENTO
RELATÓRIOS
DECRETOS
LEIS
FREQUÊNCIA DE SERVIDORES; VEREADORES
MOÇÃO
EMENDAS
BALANCETE
JUDICIÁRIO – 1702 A 2005
AUTOS CÍVEIS - INVENTÁRIO, ARROLAMENTO, PARTILHA, ESCRITURAS, REGISTRO DE NASCIMENTO, ÓBITO E CASAMENTO/ CARTORÁRIO
AUTOS CRIMES - HOMICÍDIO, LESÃO CORPORAL, DEFLORAMENTO, ABUSO DE PODER
AUTOS ADMINISTRATIVOS
JORNAIS
A PENA - 1897 a 1943
O DEVER - 1955 a 1958
O ARREBOL – 1924
O CAETITÉ - 1953 a 1954
O COMMERCIO – 1925
LUX - 1914 a 1933
O SUDOESTE – 1999
ALGODÃO – 1999
LÁPIS - 1905 a 1906
A EVOLUÇÃO – 1918
A VOZ DA PÁTRIA – 1919
IMAGEM - 1994 a 2002
TRIBUNA DO SERTÃO - 1990 a 2005
TABAJARA - 1996 a 2002
MENSAGEIRO DA FÉ - 1940 a 1964
JORNAL DESTAQUE AMAZÔNIA – 2012
JORNAIS DIVERSOS -
A FOLHA – 2009
O DOMINGO – 1950
JORNAL SEMANA CATÓLICA – 1950
INTEGRAÇÃO – 1974
JORNAL SEMANA – 1927
JORNAL VANGUARDA - 2001-2002
JORNAL VIDA CAMPESTRE-FOLHAS -
JORNAL BUENOS AIRES/ ARGENTINA – 1905
JORNAL O CONDEÚBA – 1924
JORNAL A NOITE ILUSTRADA - 1934 a 1938
JORNAL SERRA GERAL – 2000
BIBLIOTECAS DESATIVADAS
FAMILIA BARÃO DE CAETITÉ

FAMÍLIA TEIXEIRA
FAMÍLIA GUMES
PROFESSOR ALFREDO
INSTITUTO IBGE/AGENCIA CAETITÉ
FORENSE
CONSELHEIRO JOAQUIM SPÍNOLA
FAMILIARES
FUNDO - SPÍNOLA TEIXEIRA
FUNDO - BARÃO DE CAETITÉ
FUNDO - JOÃO ANTONIO DOS SANTOS GUMES
FUNDO - ALFREDO JOSÉ DA SILVA
FUNDO - GONÇALVES AMARANTE CASTRO
ACERVO - D. ISABEL (CORRESPONDENCIAS USUAIS/ ICONOGRÁFICAS)
ACERVO - D. AGNALDA PÚBLIO DE CASTRO
ECLESIÁSTICOS
LIVRO DE ÓBITO
LIVRO DE BATISMO
REPOSITÓRIO 2 DE JULHO – 1821 a 2024
ACERVO HISTÓRICO - 1821-2024
NARRATIVAS - 1821-2024
LITERATURA E O 2 DE JULHO - 1821-2024
EVENTOS - 1821-2024
REGISTROS ESCOLARES - 1821-2024
ICONOGRAFIA - 1821-2024
O 2 DE JULHO NA BAHIA - 1850-2024

Fonte: Elaborada pela autora a partir de pesquisas realizadas no APMC.

III – A RELAÇÃO ARQUIVO/ ESCOLA: COMO POTENCIALIZAR O ENSINO DA HISTÓRIA LOCAL A PARTIR DO APMC

3.1 Documentos históricos em sala de aula: possibilidades para se repensar o ensino da história local

Ensinar História é um desafio constante do professor que vê na disciplina a possibilidade de circular entre os diferentes campos do saber através de práticas interdisciplinares. Como forma de exercer essa prática, é possível trabalhar com a documentação histórica, mantida em arquivos públicos ou privados, destinada a preservar a memória do país, do estado, do município e dos sujeitos sociais.

Trabalhar com fontes documentais é enriquecedor, no entanto, ainda é um desafio para os professores, pois, estamos diante cada vez mais das influências do mundo tecnológico em sala de aula diminuindo a prática de leitura, escrita e concentração e estar diante de um documento histórico requer um olhar compenetrado e aguçado.

Na maioria das vezes, quando esses desafios não são vencidos, os alunos passam todo o ensino Fundamental e Médio sem ter um contato significativo com as fontes históricas que o cercam. O que eles conhecem, muitas vezes, são apenas fragmentos de documentos registrados nos livros didáticos - que aparecem como forma de comprovar e reforçar o que está sendo exposto; quando não, outra possibilidade é a consulta destes documentos através de sites da internet orientados (ou não) pelo professor.

Outro fator que se relaciona aos documentos vinculados à literatura adotada é que eles não abordam, em sua maioria, a história local impossibilitando a reflexão por parte dos alunos e até mesmo do professor de acontecimentos que se ligam diretamente à sua história.

Dessa forma, o uso de documentos históricos em sala de aula deve ser repensado envolvendo novos métodos de ensino, como enfatiza Schmidt e Cainelle (2009):

Uma nova concepção de documento histórico implica, necessariamente, repensar seu uso em sala de aula, já que sua utilização hoje é indispensável como fundamento do método de ensino, principalmente porque permite o

diálogo do aluno com realidades passadas e desenvolve o sentido da análise histórica. O contato com as fontes históricas facilita a familiarização dos alunos com formas de representação das realidades do passado e do presente, habituando-o a associar o conceito histórico à análise que o origina e fortalecendo sua capacidade de raciocinar baseado em uma situação dada (Schmidt e Cainelle, 2009, p.116).

Por outro lado, atividades com documentos ajudam a explorar a percepção temporal, bem como as simultaneidades, permanências e rupturas nos diversos processos históricos, possibilitando conhecer a atuação de sujeitos diferenciados, ampliando assim a noção do que é história e do seu significado para o educando, abrindo também amplas perspectivas de análises sobre outras áreas do conhecimento.

Os documentos conservados ao longo dos anos por familiares e instituições vêm garantindo à sociedade o acesso a novas pesquisas. Através de doações conscientes, documentos que se ligam à história e memória de um povo chegam aos arquivos com o propósito de serem divulgados ao público.

A exemplo do APMC, ações de caráter educacional chegam aos professores da Educação Básica, tanto estadual como municipal, através de cursos de aperfeiçoamento, palestras, mesas-redondas, seminários e outros eventos promovidos por instituições arquivistas a fim de diminuir as distâncias entre a escola e os espaços de guarda documental.

Ainda assim, observa-se que esses espaços são pouco utilizados no contexto educacional. Isso pode ser atribuído a fatores como a falta de divulgação adequada sobre a riqueza dos acervos disponíveis ou a carência de formação específica para explorar a documentação preservada nos arquivos locais, que possuem grande potencial para enriquecer o ensino de história por meio de pesquisas documentais relacionadas à história local.

Sem conhecer essas instituições, os professores limitam-se à aplicabilidade das atividades do livro didático que se apresentam de forma estruturada pelo autor. Quando esse material é repassado para os alunos, os fragmentos de documento descontextualizados e sem vínculos com a realidade local servem apenas para realizar uma verificação dos conteúdos.

Essa prática educativa reflete uma visão distorcida que o professor tem e adota em relação à pesquisa, traduzindo uma visão corrente de que ao sair da universidade

para assumir a sala de aula, deixa de ser um pesquisador e a partir de então, resigna-se a traçar o seu planejamento “fechado” no livro didático.

Sem tempo e com uma excessiva carga horária de trabalho, as pesquisas ficaram para trás, o que em parte se justifica a acomodação de muitos profissionais da educação em realizar atividades menos trabalhosas. Neste caso, a pesquisa documental minuciosa e detalhista, perde espaço para as “facilidades do mundo moderno” que também distancia cada vez mais a sociedade das suas tradições e valores culturais.

Outro fator que merece ser abordado é que quando a escola não promove o contato entre os alunos e as instituições de guarda documental, eles não aprendem os sentidos de se preservar a memória histórica. Além disso, tomam contato com a história local apenas por meio das datas comemorativas municipais e através de passagens de textos de livros memorialísticos, na maioria das vezes, elitistas e preconceituosos. Sem o interesse despertado, a criticidade provocada, os alunos dão pouca ou nenhuma importância para as fontes históricas e se veem alheios ao seu passado.

Dessa forma, aproveitar espaços como o APMC para a realização de aulas com estratégias diferenciadas de ensino ou levar os documentos fotografados, digitalizados ou transcritos para a sala de aula é proporcionar aos alunos um trabalho disciplinar e interdisciplinar, pois munido desses documentos o professor sai de sua zona de conforto, do seu domínio disciplinar e passa a dialogar com diferentes áreas do saber. Esses documentos compõem um rico acervo catalogado e disponível para pesquisa, sendo que tanto o professor, quanto o aluno poderão dispor de assuntos sobre saúde, economia, política, cultura, sociedade, educação, lazer, religião, entre outros dispostos no Jornal *A Penna*, por exemplo, e nas correspondências pessoais, entre outros tantos documentos preservados e acessíveis à pesquisa por meio desta instituição.

3.2 O Ensino de História e atuação do professor na preservação da memória

O contexto histórico educacional do nosso país traz consigo inúmeras modificações, as quais promoveram a geração de diferentes conceitos. Nesse processo, é possível perceber que a educação apresenta um leque cheio de

possibilidades de ser aplicada. Vivemos no país da diversidade e, portanto, é fato que a educação segue esse mesmo parâmetro, existindo em muitos lugares, variando assim, sua interpretação e seu conceito, bem como das suas políticas.

Dentro desse contexto, Durkheim (1978) ressalta que a educação tem suas ações exercidas por gerações adultas que se preparam profissionalmente para aportar àqueles que ainda não se encontram preparados para a vida social, desenvolvendo aptidões ligadas ao discernimento de diversos parâmetros capazes de atender a sociedade como um todo, encontrando assim, o seu lugar dentro da mesma.

A educação formal começou a se estabelecer no Brasil durante o período colonial, quando os jesuítas assumiram a tarefa de transmitir seus conhecimentos. Ao longo do tempo, a educação foi se adaptando a diferentes contextos e demandas sociais. Com a promulgação da Constituição, por exemplo, a educação passou a ser reconhecida como um direito de todos. Posteriormente, a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nos anos 1960, consolidou o modelo educacional vigente no país, assumindo como função principal a regulamentação desse processo com base em seus princípios.

A educação não era vista antigamente como algo realmente essencial para a vida social, não sendo de fato valorizada como deveria, essa valorização somente começou a se estabelecer a partir do firmamento e desenvolvimento das classes sociais dominantes, onde a educação passou a ser um artigo de luxo, sendo destinada a poucos, dando início a uma série de preconceitos, principalmente contra aqueles que eram considerados analfabetos (Paiva, 2003 p.51).

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 4024/61) foi implementada nos anos 60, e serviu de base para formação de um ensino mais democrático. Desde a primeira, as outras LDBs promulgadas, sempre zelaram pela melhoria da educação oferecida, reorganizando o sistema de ensino com prioridade voltada à melhoria das suas condições. Os princípios da atual LDB (1996) são fundamentados na:

- Cidadania: Ao prezar pela igualdade de direitos os quais pertencem a todo ser humano e que deve ser garantido pelo Governo, enquanto responsável por desenvolver políticas de cunho humanitário;
- Dignidade da pessoa humana: A educação é mais do que um direito, deve ser vista como um dever e deve estar disponível a todo ser humano, no intuito de

promover a aquisição de educação de qualidade e gratuita para que o mesmo possa sentir-se como parte integrante da sociedade;

- Valores sociais de trabalho e de livre iniciativa: A LDB em toda sua estrutura busca evidenciar os preceitos que garantam ao indivíduo a aquisição de conhecimento através de uma escola de qualidade desenvolvida com base em valores de cunho social, para que o mesmo se sinta efetivamente importante perante a sociedade em que vive.

Tais princípios denotam como função da escola a responsabilidade por auxiliar na formação de cidadãos, dignificando-os. Dessa forma, entende-se que a LDB tem o papel de determinar à escola a tarefa de vincular-se à realidade que a cerca a partir de determinadas práticas educacionais e capazes de preparar o aluno para a vida em sociedade. De acordo com Peni e Vieira (2002), a LDB foi criada “para fazer face aos problemas acumulados” (Peni e Vieira, 2002, p. 34), e que prevê a flexibilidade das formas organizacionais escolares de acordo as necessidades de aprendizagem dos alunos. As autoras ressaltam o art. 23 da LDB que “prevê flexibilidade no que se refere às formas de organização escolar, permitindo que se atenda às peculiaridades regionais e locais, às diferentes clientela e necessidades do processo de aprendizagem” (Peni e Vieira, 2002, p. 34), valorizando assim, não somente o seu próprio ambiente, mas, principalmente, as necessidades que os alunos apresentam ao ingressar nessa importante etapa de aprendizagem e conhecimento.

O professor assume, dentro da sala de aula, um papel de extrema relevância no sentido de conduzir seus alunos ao caminho do conhecimento e da aprendizagem baseada em preceitos que vão muito além do simples desejo de alcançar objetivos comuns. Segundo Matos e Paiva (2009), ao se dispor a exercer tal atividade, o professor tem pela frente um desafio do mais alto grau de importância, pois sabe que será a partir dos métodos utilizados que os alunos iniciarão a jornada, promovendo assim resultados capazes de justificar a importância da aprendizagem. Acredita-se que para que haja verdadeiros progressos em sala de aula, a relação do professor, no que tange ao conjunto de suas práticas e de atividades desenvolvidas, influencia diretamente a sua relação com seus alunos e deve estar pautada pela constante reflexão acerca dos verdadeiros motivos que os levam à incansável busca por conhecimento (Libâneo; Oliveira; Toschi, 2008).

Ao considerar as diferenças que cada aluno apresenta, não como barreiras de impedimento ao convívio, mas sim, como oportunidade de interação e oportunidade de crescimento, a escola visa promover e estimular o desenvolvimento do aluno, tornando-o cidadão mais responsável e autônomo. Nesse sentido, Loch e Rocha (2009) enfatizam que o objetivo dessa autonomia é o de gerar responsabilidade pela construção de discursos referentes às ideologias que visam a melhoria das condições escolares.

Nas concepções de Weffort (2019), a escola atual vive alguns impasses que são pertinentes à sociedade que a permeia e a autonomia do professor deve partir da responsabilidade para com estes impasses, que compreendam a disseminação de conhecimento em função do desenvolvimento de competências. Dentro deste contexto, o autor ressalta que a figura do professor deve estar pautada pela reflexão sobre as constantes mudanças que ocorrem no cenário socioeconômico e que tem influência direta com a escola e seus métodos de ensino.

Diante do atual contexto social, político, econômico e cultural em que a sociedade se encontra inserida, há a necessidade de todos os envolvidos no processo educacional lutarem por uma escola realmente pública e democrática, onde o processo ensino e aprendizagem ocorra de forma efetiva (Moreira; Silva, 2002). Desse modo, observa-se que a transformação da realidade social não se dará somente por meio da escola, mas dela não se pode prescindir, pois o desenvolvimento de uma população não acontecerá apenas pelos fatos econômicos, mas principalmente, pelos conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos que a escola pode proporcionar.

A gestão e conservação de fontes e documentos é algo essencial para a construção da história em seus mais diferentes aspectos, principalmente no que se refere ao fornecimento de informações e evidências de acontecimentos em diferentes épocas, se revelando como instrumento de valor permanente. Desse modo, torna-se relevante a compreensão de que os arquivos visam refletir, através da sua constituição, a produção de documentos organizados sistematicamente mediante diferentes contextos históricos; já que tratam de registros de ocorrências e ações reais, sejam estes de caráter eclesiástico, jurídico ou mesmo da vida pública e privada de tempos passados (Medeiros, 2003).

A preservação da história de uma localidade representa fator relevante para manter em evidência acontecimentos que fizeram parte de sua formação nas mais

diferentes épocas. De acordo com Cavalcanti (2018), “[...] os trabalhos que versam acerca da chamada História Local - no ensino ou na pesquisa (ou em ambos) - fazem uso recorrente da memória” (Cavalcanti. 2018, p. 279), e, nessa perspectiva, demonstram que a história local e a memória se encontram interconectadas, sobretudo quando esta se constitui como fonte documental e/ou objeto daquela pesquisa.

Sobre a questão referente à memória, Pollak (1992) faz referência a exemplos que retratam bem sua importância ao frisar que: “[...] a memória é constituída por pessoas, personagens [...] encontradas no decorrer da vida [...] além dos acontecimentos e das personagens, podemos [...] arrolar os lugares [...]” (Pollak, 1992, p. 2-3), e complementa: “[...] esses três critérios, acontecimentos, personagens e lugares conhecidos direta ou indiretamente, podem obviamente dizer respeito a acontecimentos, personagens e lugares reais, empiricamente fundada em fatos concretos” (Pollak, 1992, p. 2-3).

Outro ponto de vista que oferece margem interpretativa ao reconhecimento de que esses registros de fato são significantes para conservação da história local, pode ser observado nos dizeres de Souza (2014), ao salientar que “a memória [...] traz para o momento presente as experiências passadas [...] tornando o passado uma presença acessível” (Souza, 2014, p.104). Ademais, o autor ainda destaca que “a necessidade de conservar o passado e produzir um patrimônio memorial revela a incapacidade do homem de viver isolado no tempo presente, de forjar-se como sujeito alheio ao seu passado” (Souza, 2014, p.104).

Por muito tempo, foram usados somente livros como principal ferramenta educacional, portanto, esse processo tem sido modificado levando em consideração o respeito à cultura, bem como usando de artifícios de visitas e imagens que possibilitem o conhecimento individual e coletivo. Além disso, buscando sempre o contato direto por entender a grande importância de inserir crianças e adultos em um processo de conhecimento, apropriação e valorização de heranças culturais.

A finalidade de proporcionar o conhecimento sobre educação patrimonial é trazer para aquela comunidade bens herdados de um modo mais amplo. Assim, as pessoas serão beneficiadas por esse processo de ensino e aprendizagem, terão a possibilidade de alcançar uma compreensão maior do mundo ao seu redor.

Um exemplo claro da importância sobre educação patrimonial para uma nação/comunidade vemos nas palavras de Horta, Grunberg Monteiro (1999), quando afirmam que:

A educação patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o a compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido (Horta, Grunberg, Monteiro, 1999, p. 6)

No Brasil o órgão responsável pela preservação do patrimônio cultural é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, criado durante o governo de Getúlio Vargas⁸. Esse órgão é responsável por pedidos de registro, que são encaminhados por representantes da sociedade civil ou instituições públicas vinculadas aos poderes públicos de estados.

Essa visão faz com que o indivíduo se veja de uma forma muito mais otimista diante da comunidade, tendo como resultado a valorização de sua cultura.

Um outro ponto a observar é o diálogo neste processo educacional, é sobre estabelecer uma linguagem simples e direta que facilita o entendimento e a interação entre as comunidades e as pessoas envolvidas, pois não há quem sabe mais ou menos e sim precisa haver uma troca de conhecimentos, possibilitando diferentes saberes.

Há várias formas específicas de expressar sua cultura e isso vem de longo tempo perpassando gerações, as pessoas adquirem expressões diferentes que se modificam no cotidiano e, de acordo, com o que cada sociedade enfrenta os desafios diários. Nesse contexto, o presente trabalho pretende articular Educação Patrimonial e ensino dando subsídios para que se ampliem as práticas educativas e que possa contribuir para o desenvolvimento crítico dos alunos. Esta se concretiza, de acordo com Sousa (2022), as ações de Educação Patrimonial destinadas as escolas seguem o eixo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, garantindo aos estudantes um ensino diversificado, voltado para as características regionais e locais de cada cultura. Nesse aspecto, devemos partir de acordo a realidade dos estudantes, ou seja,

⁸ Em 1936 foi criado o anteprojeto voltado para a preservação do patrimônio Histórico e artístico nacional, que buscou pela originalidade em relação ao que se pensava sobre patrimônio em escala mundial.

viabilizando a sua participação dando sentido aos bens culturais e a sua interação nas soluções dos problemas.

3.3 Patrimônio documental: instrumento de revisitação de memórias históricas

As discussões sobre a ampliação do conceito de patrimônio estão intimamente ligadas ao entendimento de cultura, sendo delineadas por investigações em diversas disciplinas. Ao estabelecer conexões interculturais, propor abordagens inovadoras e promover reflexões que valorizem a diversidade cultural, a UNESCO desempenha um papel crucial na redefinição do conceito de cultura.

Por muito tempo, o conceito de patrimônio permaneceu restrito aos bens materiais, com destaque para os elementos arquitetônicos únicos dos dias atuais, essa concepção tem evoluído, abrangendo não somente os aspectos históricos, mas também os ecológicos, artísticos e científicos que compuseram o patrimônio cultural. Canclini (1994) destaca que o patrimônio de uma nação vai além das criações produzidas por grupos hegemônicos e reconhece a importância de englobar também as expressões culturais das comunidades tradicionais, bem como a produção cultural dos trabalhadores e camponeses.

Nesse contexto, o patrimônio histórico não se limita mais às estruturas edificadas ou arquitetônicas, mas engloba também o patrimônio documental e arquivístico, bibliográfico, hemerográfico, iconográfico, oral, visual e museológico. Em suma, refere-se a todo o conjunto de bens que testemunham a história de uma determinada sociedade, abrangendo suas manifestações culturais ao longo do tempo.

O patrimônio documental, contido em arquivos, sejam permanentes/históricos, é considerado parte essencial do patrimônio histórico, conforme Bellotto (2000). A autora ainda destaca que, por estar intrinsecamente ligada à sociedade que produz, utiliza e consome esses documentos de arquivo, independentemente de sua natureza - normativos, testemunhais ou informativos - eles continuam sendo elementos integrantes do patrimônio cultural. Esses documentos, por sua vez, são identificados pela autora como aqueles que já cumpriram sua função mediata, não tramitam mais, passaram pelo arquivo corrente e foram avaliados como possuindo valor permanente devido à densidade de seu valor informativo para a instituição que os produziu e para

a sociedade em que essa instituição atua quando reunidos nos arquivos permanentes ou históricos.

Desse modo, a História rompeu com os paradigmas tradicionais ao reconhecer a necessidade de ampliar as fontes de conhecimento histórico. Até então, a história se restringia principalmente aos registros escritos, deixando de lado uma vasta gama de materiais e manifestações culturais que poderiam enriquecer nossa compreensão do passado. Ao abraçar a multiplicidade de documentos, a disciplina histórica passou a contemplar textos de todos os tipos, imagens, registros arqueológicos, depoimentos orais, filmes, estatísticas e muito mais (Gonçalves, 2009).

A diversidade de obras humanas, forjadas em diferentes contextos sociais e motivadas por objetivos variados, passou a ser valorizada como documentos históricos, cada um contando uma parte única da história da humanidade. Dentro desse vasto acervo, encontram-se as obras de arte, que não somente expressam a estética de uma época, mas também carregam consigo os valores, ideias e aspirações dos indivíduos e das sociedades do passado.

Os textos de jornais, por sua vez, oferecem uma visão valiosa das preocupações e acontecimentos cotidianos, refletindo as preocupações e os pensamentos da época em que foram publicados. Enquanto isso, os utensílios e ferramentas de trabalho revelam como as pessoas se organizam e interagem com o mundo material, fornecendo insights sobre suas práticas, habilidades e tecnologias. Os textos literários, como romances, poesias e contos, transcendem a mera narrativa, apresentando como aspirações, dilemas e perspectivas de diferentes grupos sociais. Os diários e relatos de viagem, escritos em primeira pessoa, oferecem olhares íntimos e subjetivos das experiências vividas pelos indivíduos em suas jornadas.

As leis e os mapas, por outro lado, revelam a organização política e territorial, as relações de poder e os limites geográficos de uma sociedade em determinado momento histórico. Os depoimentos e lembranças trazem à tona as experiências e memórias das pessoas comuns, muitas vezes negligenciadas em registros oficiais. Mesmo as manifestações mais recentes, como programas de televisão e vestimentas, são consideradas documentais históricas, pois refletem valores culturais e comportamentais contemporâneos. As edificações, por sua vez, são testemunhos materiais da arquitetura e da organização urbana, fornecendo pistas sobre como as sociedades se desenvolveram ao longo do tempo.

Ao defender essa ampla diversidade de documentos, a Nova História se enriquece com uma pluralidade de vozes e perspectivas, promovendo uma visão mais abrangente e inclusiva do passado. Os historiadores agora se veem como detetives, vasculhando as múltiplas fontes em busca de pistas para reconstruir a complexidade da experiência humana ao longo dos séculos. Essa abordagem mais aberta e interdisciplinar não apenas enriquecendo o conhecimento histórico, mas também nos ajuda a compreender melhor o presente e moldar um futuro mais informativo e reflexivo (Rocha; Magalhães; Gontijo, 2015).

Nesse contexto, Pierre Nora (1993) enfatiza os arquivos como lugares de memória, espaços que desempenham duas funções fundamentais: a guarda de acervos e a abertura para novas interpretações do passado em relação ao presente. Assim, é necessário preservar e conservar os documentos, envolvendo-os de forma documental de maneira que possa gerar conhecimento histórico. Ao longo da história, sentiu-se que a transmissão da cultura escrita requer estruturas permanentes de conservação, tarefa que tem sido assumida por bibliotecas, arquivos e museus. Nesses espaços, os documentos são organizados e armazenados através de escolhas que refletem as práticas cotidianas adotadas.

Desse modo, entende-se que essa premissa não deve ser diferente para as instituições escolares, uma vez que esses documentos por elas produzidos também são testemunhos vivos de sua vida institucional e, portanto, requerem um tratamento igualmente cuidadoso e preservacionista. As escolas, assim como outros lugares de memória, têm o papel de zelar pela salvaguarda desses registros, contribuindo para o entendimento histórico e o conhecimento sobre o passado e o presente.

3.4 Entre a preservação documental e o ensino de história: contribuições do Arquivo Público Municipal de Caetité/BA

O APMC iniciou-se com a coleta de documentos textuais antigos, que se encontravam “armazenados” em depósito público. Seguiram a sua identificação, organização, higienização e acondicionamento em caixa-arquivo de papelão e estante de aço, catalogação e criação de banco de dados com software de gerenciamento de documentos. Essa fase do trabalho inicial contou com a participação de alunos da UNEB, que muito se dedicaram na organização inicial desses acervos. Esses

trabalhos iniciais foram assessorados pela Sra. Stela Dalva Teixeira Silva, representante técnica do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB)⁹.

Dentro desse contexto, compreender a relevância que a instituição foi alcançando com a sua estruturação, demanda o entendimento de que a preservação histórica local está nos pequenos detalhes. Ainda dentro desse processo organizacional, agora com foco na afirmação da instituição como importante espaço de conservação de acervos documentais, destaco a consolidação do APMC e o seu reconhecimento pela comunidade local são, certamente, um processo em construção. São eventos públicos, a disponibilização do acesso on-line aos acervos dessas instituições arquivísticas é fornecido pelo AtoM (Access to Memory), um software livre desenvolvido pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA) para descrição de documentos arquivísticos, o AtoM é adotado por entidades custodiadoras de acervos no Brasil e no exterior. As ações patrimoniais que tornam o Arquivo e seus acervos conhecidos pela comunidade, e nisto a coordenação acadêmica da UNEB tem se empenhado desde a sua criação. O APMC já se fez presente em vários festejos como o Natal na fachada, padroeira local festa de Nossa Senhora de Santana e que por diversas vezes, foram levadas para a praça informações dos seus acervos.

Figura 3 – Natal na fachada do APMC



FONTE: Acervo do Arquivo Público Municipal de Caetité

A valorização das abordagens de temáticas relacionadas à história local, à memória e ao patrimônio cultural revela-se como um caminho poderoso para

⁹ O APEB foi criado para reunir, organizar, preservar e difundir a memória histórica da administração pública estadual, além de registros documentais produzidos

sensibilizar os estudantes em relação a questões importantes de identidade e pertencimento. Ao explorar esses temas, é possível despertar a consciência sobre a identidade da diversidade social e cultural que molda o espaço urbano, pois a história local oferece uma lente através da qual os estudantes podem compreender como suas comunidades foram moldadas ao longo do tempo, suas influências e as histórias muitas vezes não contadas que ressaltam a identidade do local. Essa perspectiva histórica, quando trazida para a sala de aula, permite que os alunos se reconheçam como parte de uma narrativa mais ampla, conectando-os às suas raízes e ajudando-os a encontrar um senso de pertencimento mais profundo (Medeiros, 2003).

O APMC guarda em sua composição um acervo documental riquíssimo, datados dos anos de 1800 e que se encontram disponíveis ao público geral para consulta. Essa realidade leva ao entendimento de que, alinhado ao ensino da história local, as escolas municipais têm uma infinidade de possibilidades de promover a valorização dessas histórias, por meio de visitas e pesquisas diretamente realizadas em fontes primárias.

Ao abordar a memória, os estudantes são incentivados a refletir sobre as experiências passadas de suas comunidades, bem como a importância de preservar e proteger as histórias de seus visitantes. Através da memória coletiva, eles podem apreciar como eventos históricos moldaram o presente e como o conhecimento do passado pode ser uma ferramenta valiosa para moldar o futuro. Além disso, ao explorar o patrimônio cultural, os estudantes são expostos à riqueza das tradições, costumes e expressões artísticas de diversas culturas presentes em seu ambiente urbano. Tais medidas capacitam os alunos, possibilitando reconhecer e defender a diversidade presente na sociedade, promovendo uma atitude mais inclusiva e respeitosa em relação à pluralidade de identidades culturais.

Assim, a incorporação de temas locais na educação proporciona aos alunos uma compreensão mais profunda das raízes de sua comunidade, promovendo o respeito e a tolerância em relação às diferenças e enriquecendo sua visão de mundo. Ao despertar a consciência para a história local, a memória e o patrimônio cultural, estamos investindo na construção de cidadãos mais conscientes, abertos e engajados em transformar uma sociedade mais justa e inclusiva.

Cada documento representa um fragmento de uma narrativa maior e a habilidade de interpretá-los com sensibilidade é fundamental para revelar as vozes e

os contextos dos sujeitos que os produziram em tempos e espaços distintos. Ao transcender a mera transmissão de informações, podemos enxergar os documentos como experiências palpáveis da presença de outros atores sociais, suas vivências, crenças e experiências que moldaram o passado e, por extensão, o nosso presente (Galzerani, 2008).

Desse modo, compreende-se que tratar os documentos dessa forma amplia nossa compreensão do mundo e nos permite conectar o passado ao presente, tecendo uma intrincada teia de saberes e significados. Assim, ao mergulhar na riqueza dos documentos, o pesquisador abre caminho para uma jornada fascinante através do tempo, desvelando tesouros escondidos e revelando a multiplicidade de vozes que moldaram a história da humanidade.

Os documentos são muito mais do que simples registros estáticos; eles são produtos de indivíduos ou grupos únicos, moldados por circunstâncias específicas em que foram criados e guiados por intenções particulares. Essa singularidade da linguagem expressa nos documentos exige uma análise crítica e uma busca profunda pelo entendimento das condições que cercam sua produção. Somente assim, podemos contextualizá-los e atribuir-lhes significado (Bellotto, 2000).

Ainda de acordo com Bellotto (2000), a análise crítica dos documentos é essencial para desvendar suas nuances e sutilezas. Cada palavra, imagem ou traço contém vestígios das perspectivas, crenças e interesses dos indivíduos ou grupos que os geraram. Ao lançar mão desse olhar perspicaz, historiadores e caçadores conseguem decifrar as entrelinhas do passado e revelar facetas importantes da história humana, muitas vezes negligenciadas. Nesse processo, a recontextualização desempenha um papel crucial. Ao situar um documento em seu contexto original, é possível compreender as forças sociais, políticas, emocionais e culturais que influenciaram sua criação. Essa recontextualização, não apenas revela a complexidade das dinâmicas históricas, como também nos impede de fazer leituras projetadas ou projeções anacrônicas sobre o passado.

Contudo, é importante reconhecer que a análise crítica e a recontextualização não se limitam a uma perspectiva unidimensional. Ao deparar-se com um documento, o pesquisador entra em contato com um "outro", uma subjetividade distinta da sua própria. Esse encontro entre vozes e visões diferentes nos permite transcender nossos limites e enriquecer nossa compreensão do mundo.

Henri Rousso, historiador francês, trouxe à luz essa questão do encontro com o "outro" por meio dos documentos. Ao explorar a interação entre o pesquisador e as fontes históricas, Rousso enfatizou que estar diante de um documento é também estar diante de uma experiência humana compartilhada, mesmo que ao longo de distâncias temporais. A compreensão das intencionalidades, das emoções e das complexidades desses "outros" que habitaram o passado, permite que o historiador transcenda as barreiras do tempo e se conecte com a história de forma mais significativa (Rousso, 1996).

Portanto, a análise crítica, o entendimento das condições e a contextualização dos documentos são fundamentais para extrairmos saberes profundos do passado. Ao mesmo tempo, a abertura para o encontro com o "outro" nos lembra que a história é uma tapeçaria entrelaçada de experiências humanas e subjetividades que deveriam ser respeitadas e compreendidas em sua diversidade. Assim, através desse diálogo com o passado, podemos enriquecer nossa própria visão de mundo e, ao mesmo tempo, nutrir uma maior empatia e compreensão das diferentes culturas e sociedades que moldaram nossa trajetória histórica. Outro fator a ser levado em conta no trato com a história local diz respeito às possibilidades que são abertas para a formação e consolidação de identidades. Em espaços excluídos dos considerados grandes centros urbanos, é constante a noção de não pertencimento dos sujeitos, estes que, geralmente, negam suas identidades e desconhecem suas realidades. Nesse espaço, no Alto Sertão da Bahia, o ensino de história local tende a colocar os sujeitos frente às suas realidades, discutindo os processos que marcam esse território como espaço de luta, de desenvolvimento e de história. O sujeito dentro de um processo educacional mais próximo da sua realidade entenderá a importância da sua existência e a importância do seu espaço territorial. É justamente por entender a necessidade de aproximar o ensino de história da realidade dos alunos do município de Caetité que se manifesta a justificativa da utilização do guia que oferece um roteiro prático e acessível para a análise crítica de uma variedade de documentos históricos, abrangendo desde manuscritos antigos até registros oficiais modernos.

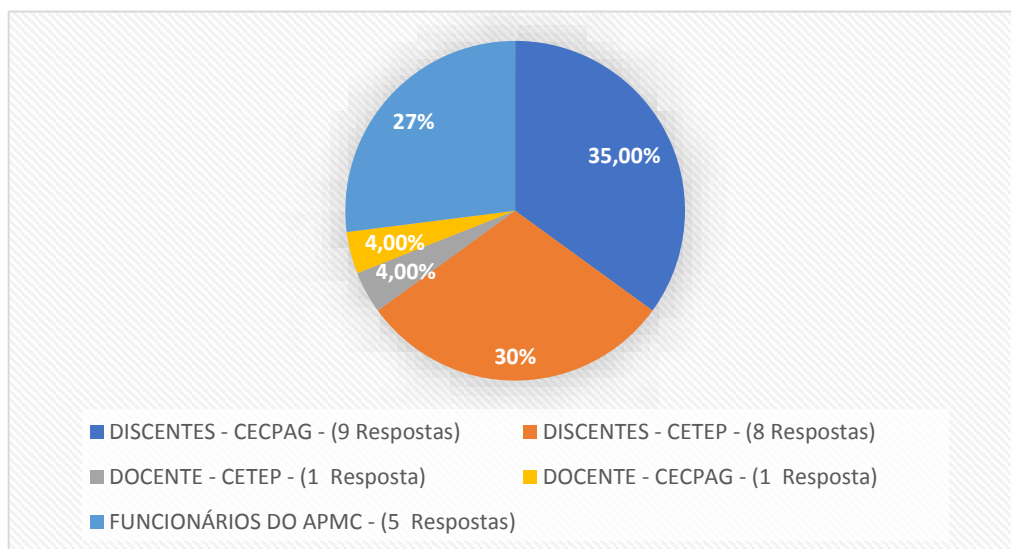
A valorização da história local no ensino, especialmente em regiões afastadas dos grandes centros urbanos, desempenha um papel fundamental na formação e consolidação de identidades. Em contextos como o Alto Sertão da Bahia, onde a sensação de não pertencimento é frequente, trabalhar com as realidades locais pode

transformar a maneira como os sujeitos se percebem e reconhecem seu valor. O estudo da história local coloca os alunos em contato direto com os processos históricos que moldaram seu território, revelando-o como um espaço de luta, desenvolvimento e identidade. Essa abordagem permite que os estudantes compreendam a importância de sua existência e de seu lugar no mundo, reforçando seu senso de pertencimento e contribuindo para a valorização de suas próprias raízes culturais e sociais.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO

Com o objetivo de promover uma reflexão acerca das funções do APMC que vão além de sua tradicional função de armazenamento e preservação do patrimônio histórico e de acervos documentais, esta pesquisa foi realizada com a participação de docentes e discentes de duas instituições de ensino, uma localizada na sede do município e outra no distrito. Foram entrevistadas duas turmas específicas: uma do 2º ano do curso Técnico em Administração, do Centro Territorial de Educação Profissional do Sertão Produtivo (CETEP), uma escola de Educação Básica de nível médio situada em Caetité, Bahia; e alunos dos 2º e 3º anos do Colégio Estadual do Campo Pedro Atanásio Garcia (CECPAG), localizado no Distrito de Maniaçu, em Caetité, Bahia. Além disso, a pesquisa envolveu também a participação ativa dos funcionários do APMC, que, juntamente com os alunos e professores, constituíram os sujeitos diretos da investigação. Os participantes receberam orientações fornecidas pela pesquisadora, sob a supervisão e acompanhamento contínuo de sua orientadora, assegurando a coerência e a integridade metodológica do processo de coleta de dados. O total dos sujeitos da pesquisa podem ser analisados no gráfico 01:

Gráfico 01: Distribuição Total dos Participantes da Pesquisa



Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir da quantidade de formulários respondido pelos sujeitos.

As instruções foram realizadas de forma presencial e online com o intuito de apresentar o questionário como um conjunto de questões, feito para gerar dados

necessários para verificar se os objetivos de um projeto foram atingidos. A supervisão/aplicação dos questionários ocorreu em Caetité e no distrito de Maniaçu-Ba no período de 09/09/2024 a 16/09/2024. Foram elaborados 3 modelos de questionários aplicados com 3 públicos diferentes frequentadores do APMC: Docentes, discentes e funcionários, as perguntas contempladas encontram-se em anexo. Após aplicação do questionário que subsidiou a coleta de dados, em que se pôde ter uma análise mais aprofundada acerca do APMC para além de lugar de guarda de acervos, bem como a importância desse espaço para os alunos enquanto pesquisadores.

No decorrer desta pesquisa serão atribuídos aos entrevistados siglas como P1DO: participante1Docente, para indicar o primeiro professor que respondeu ao questionário, P2DO: participante2Docente, para indicar o segundo professor. P1DI: participante1discente, para indicar o participante de número 01 entre os discentes, os números irão se modificar à medida que modificarem os participantes discentes (P2DI, P3DI, P4DI...) e P1F: participante1funcionário, para indicar o participante de número 01 entre os funcionários do arquivo, os números irão se modificar à medida que modificarem os participantes entre os funcionários (P2F, P3F, P4F...). O procedimento de substituição dos nomes originais por nomes fictícios tem como objetivo atender aos princípios éticos da pesquisa, em conformidade com o código de conduta ética estabelecido. A ética e a integridade na pesquisa são fundamentais para a proteção da ciência, conforme destacado por Ribeiro (2003). Nesse sentido, após o recebimento dos questionários, procedemos à tabulação das informações com a finalidade de organizar e apresentar os dados obtidos de maneira estruturada.

4.1 A sala de aula no APMC

Iniciaremos nossa análise com base nos dados fornecidos pelos alunos do CECPAG, localizado no distrito de Maniaçu, Caetité-BA. onde obtivemos o maior número de respostas (09). A Tabela 01, a seguir, apresenta uma síntese das respostas coletadas, permitindo uma análise detalhada das percepções e opiniões manifestadas pelos estudantes do CECPAG.

Tabela 02: Respostas obtidas a partir da aplicação do questionário aos alunos do CECPAG – Distrito de Maniaçu, Caetité.

PERGUNTAS	RESPOSTAS
<p>1. O que o Arquivo trouxe de novidade para o seu aprendizado?</p>	<p>P1DI: <i>Muito conhecimento e aprendizado.</i> P2DI: <i>Ir para outros espaços, fora da sala de aula, proporciona ao aluno uma experiência mais única, levando ir além de uma simples aprendizagem. Isso estimula a imaginação, amplia o conhecimento e torna a aula mais interessante.</i> P3DI: <i>Nunca fui no arquivo Público de Caetité, mas segundo algumas pesquisas aprendi muito sobre a história de Caetité e seu antepassados.</i></p>
<p>2. Como foi a sua experiência de sair da sala de aula e vivenciar o espaço do Arquivo Público?</p>	<p>P1DI: <i>Muito bom!</i> P2DI: <i>É como se sentir dentro dos acontecimentos.</i> P7DI: <i>Quando fui no arquivo Público de Rio de Contas, achei muito interessante, pois através de imagens e objetos, tive a oportunidade de aprender sobre muitos assuntos, que até então eu nunca tinha ouvido falar.</i></p>
<p>3. Você gostou de ter aula em outro espaço fora da sala de aula?</p>	<p>(09) Sim (unânime) (0) Não</p>
<p>4. Em quais outros espaços você imaginaria tendo uma aula de História?</p>	<p>(3) No Museu do Alto Sertão da Bahia (MASB). (2) Na casa Anísio Teixeira. (2) No Cemitério de Caetité. (7) Na Casa do Barão de Caetité. (7) Na Igreja São Benedito.</p>
<p>5. Sair da sala de aula para outro espaço torna a aula mais interessante?</p>	<p>(09) Sim (unânime) (0) Não</p>
<p>6. Que sugestão você daria para tornar a aula de História mais interessante?</p>	<p>P1DI: <i>Dinâmicas, vídeos, filmes e oficinas</i> P2DI: <i>Estudar a história com os elementos e lugares que temos disponível perto de nós.</i> P5DI: <i>Aulas de campo, pra mim, isso faz toda diferença.</i></p>
<p>7. Por que estudamos História?</p>	<p>P3DI: <i>Para termos conhecimento sobre nossos ancestrais e nossas resistências</i> P6DI: <i>Para entender melhor sobre o passado e ajudar a compreender o futuro.</i> P7DI: <i>Para ter mais conhecimento sobre nossos antepassados, e também entender melhor sobre nossa própria identidade.</i></p>

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nas respostas dos alunos aos questionários aplicados no CECPAG.

A análise das respostas dos alunos do CECPAG, localizado em Maniaçu, Caetité-BA, dispostos na Tabela 01, revela uma valorização significativa do uso de espaços como o Arquivo Público para o aprendizado em História. Conforme expresso pelos estudantes, o contato com documentos e registros históricos proporcionou uma experiência de aprendizagem enriquecedora, permitindo um aprofundamento no conhecimento sobre a história local e, como eles mesmos revelam, de seus “antepassados”. A unanimidade na resposta à questão sobre a aula fora da sala de aula — com todos os alunos manifestando positivamente — reforça a percepção de que a interação direta com o material histórico é uma ferramenta pedagógica eficaz, que desperta interesse e facilita a compreensão de conteúdos que, muitas vezes, são abstratos no ambiente convencional da sala de aula.

Além disso, as sugestões dadas pelos alunos indicam um desejo por abordagens de ensino mais dinâmicas e interativas, como o uso de vídeos, filmes, dinâmicas e visitas a locais históricos. Essa preferência pelos métodos práticos sugere que os estudantes veem o valor de aprender em contextos que conectam a teoria com a realidade histórica local, destacando a importância de espaços como o Museu do Alto Sertão da Bahia, a Casa do Barão de Caetité e a Igreja São Benedito como locais alternativos de aprendizagem. Esses resultados indicam que a adoção de estratégias pedagógicas que priorizem o aprendizado ativo e contextualizado pode ser um caminho eficaz para tornar as aulas de História mais envolventes e significativas para os alunos, estimulando uma maior conexão com o conteúdo histórico estudado e, principalmente, retirando do espaço escolar a única possibilidade de se aprender a História. Exemplo interessante demonstrado por Eliseu Machado de Souza Magalhães com a pesquisa “O Cemitério de Botuporã-Ba como Ferramenta Pedagógica para o Ensino de História e Áreas Afins”¹⁰.

A princípio foi perguntado aos Discentes como foi a experiência de sair da sala de aula e vivenciar o espaço do APMC. Ambos responderam que foi muito bom, por tornar as aulas mais interativas e por trazer muitos conhecimentos. Quando questionados a respeito de que forma o APMC trouxe de novidade para o seu aprendizado, notamos um grande interesse sobre os documentos examinados fazendo com que tivessem mais compreensão sobre a região e seus antepassados.

¹⁰ O produto de Eliseu Magalhães pode ser acessado por meio do link: <https://www.ppgels.uneb.br/teses-dissertacoes/>.

Algo que chamou atenção foi quando perguntado onde eles imaginariam tendo uma aula de História e marcaram praticamente todas as opções, como está na fala de P2DI, quando diz:

Ir para outros espaços, fora da sala de aula, proporciona ao aluno uma experiência mais única, levando ir além de uma simples aprendizagem. Isso estimula a imaginação, amplia o conhecimento e torna a aula mais interessante. (P2DI)

Apresentamos, a seguir, a análise dos dados obtidos por meio do questionário aplicado aos discentes do CETEP. No total, foram obtidas respostas de 08 estudantes, cujas respostas estão sintetizadas na Tabela 02. Esses dados proporcionam uma visão abrangente das percepções dos discentes em relação aos temas abordados, permitindo uma análise detalhada das tendências e opiniões manifestadas durante a pesquisa.

Tabela 03: Respostas obtidas a partir da aplicação do questionário com os alunos do CETEP – Caetité.

PERGUNTAS	RESPOSTAS
1. O que o Arquivo trouxe de novidade para o seu aprendizado?	<p>P10DI: <i>O Arquivo trouxe várias novidades para meu aprendizado, como a oportunidade de ver documentos históricos originais e entender melhor o contexto em que foram produzidos. Isso enriqueceu minha compreensão da História local e nacional.</i></p> <p>P11DI: <i>Apreendi mais sobre o passado do arquivo público e sua história.</i></p> <p>P12DI: <i>Trouxe mais conhecimento sobre o 2 de julho, conhecimentos sobre o arquivo em si, pude ver de perto um jornal antigo, etc.</i></p>
2. Como foi a sua experiência de sair da sala de aula e vivenciar o espaço do Arquivo Público?	<p>P12DI: <i>Minha experiência no Arquivo Público foi incrível! Sair da sala de aula me fez sentir mais conectado com a história real. Ver os documentos e conversar com os profissionais foi muito enriquecedor e me deu uma nova perspectiva sobre o que aprendi.</i></p> <p>P15DI: <i>É como se sentir dentro dos acontecimentos.</i></p> <p>P16DI: <i>Foi um momento de aprendizado mais dinâmico.</i></p>
3. Você gostou de ter aula em outro espaço fora da sala de aula?	<p>(08) Sim (unânime)</p> <p>(0) Não</p>

<p>4. Em quais outros espaços você imaginaria tendo uma aula de História?</p>	<p>(5) No Museu do Alto Sertão da Bahia (MASB). (5) Na casa Anísio Teixeira. (2) No Cemitério de Caetité. (7) Na Casa do Barão de Caetité. (7) Na Igreja São Benedito.</p>
<p>5. Sair da sala de aula para outro espaço torna a aula mais interessante?</p>	<p>(08) Sim (unânime) (0) Não</p>
<p>6. Que sugestão você daria para tornar a aula de História mais interessante?</p>	<p>P10DI: <i>Dinâmicas, vídeos, filmes e oficinas</i> P15DI: <i>Estudar a história com os elementos e lugares que temos disponível perto de nós.</i> P17DI: <i>Aulas de campo, pra mim, isso faz toda diferença.</i></p>
<p>7. Por que estudamos História?</p>	<p>P15DI: <i>Para tornar a aula de História mais interessante, poderíamos fazer visitas a locais históricos e realizar atividades interativas, como encenações ou debates sobre eventos históricos importantes</i> P16DI: <i>Estudamos História para entender nossas raízes, conhecer os erros e acertos do passado e aprender com eles para construir um futuro melhor. É fundamental para formar cidadãos conscientes e críticos sobre o mundo ao nosso redor.</i> P17DI: <i>Para aprendermos mais sobre o passado e todo o seu decorrer até os dias de hoje.</i></p>

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nas respostas dos alunos aos questionários aplicados no CETEP.

A análise dos dados coletados junto aos discentes do CETEP em Caetité, assim como a dos discentes do CECAPAG, revelam uma valorização significativa do uso do Arquivo Público como ferramenta de aprendizado em História. Os alunos destacaram que a experiência de interagir com documentos históricos originais trouxe um novo nível de compreensão sobre a História local e nacional, enriquecendo seu conhecimento sobre eventos importantes como o 2 de julho e a história do próprio arquivo. A oportunidade de ver de perto materiais históricos e conversar com profissionais da área foi mencionada como um elemento que transformou a aula em uma experiência mais dinâmica e envolvente, proporcionando uma conexão mais direta com o conteúdo histórico estudado.

Os dados também evidenciam um consenso entre os estudantes quanto à preferência por aulas realizadas fora do ambiente tradicional da sala de aula, com

todos os participantes respondendo de forma unânime que essa prática torna as aulas mais interessantes. Os espaços sugeridos para futuras aulas de História, como o Museu do Alto Sertão da Bahia, a Casa do Barão de Caetité e a Igreja São Benedito, refletem o desejo dos alunos de vivenciar o aprendizado de forma mais prática e contextualizada. As sugestões de tornar as aulas mais interativas, com o uso de dinâmicas, vídeos e oficinas, indicam uma clara tendência para métodos pedagógicos que priorizem a aprendizagem ativa e exploratória, reforçando a importância de conectar o conteúdo histórico com a realidade dos estudantes e seu entorno.

Através dos relatos dos discentes é possível perceber de como eles gostariam que as aulas de História se tornassem mais interessantes através das visitas a outros espaços fora dos muros da escola. Nesse sentido, o APMC como ferramenta de ensino faz toda diferença, pois ele se constitui em um poderoso aliado do professor de História, possibilitando uma proposta metodológica diferente e alternada voltada para o contexto da realidade, fazendo relação direta com o espaço de vivência cotidiana dos estudantes.

Nesse aspecto, entrevistamos dois docentes, um do CECPAG e outro do CETEP, que aplicaram projetos no período de 2023, com objetivo de diversificar as metodologias contribuindo para que os conteúdos abordados ganhassem sentido e significado, estimulando a curiosidade e a participação dos alunos ao retornarem as salas de aula. Apresentamos a seguir, a tabela 03, com os dados coletados aos olhos do docente P1DO, que trabalha no CECPAG:

Tabela 04: Respostas obtidas a partir da aplicação do questionário com o docente do CECPAG (P1DO).

PERGUNTAS	RESPOSTAS
1 Professora, na organização das suas aulas quais são os materiais didáticos mais utilizados	(X) livro didático () blogs, podcast (X) documentos e fragmentos de documentos. (X) filmes (X) material didático diversificado () outro
2. Professora, a senhora procura diversificar as metodologias usadas em sala de aula (gameficação, filmes, etc)?	(X) Sim () Não () Às vezes
3. Como você conheceu o Arquivo Público de Caetité?	(X) através da divulgação do próprio Arquivo () Através de colegas () Através de um projeto () Outro

<p>4. Existe dificuldade em desenvolver projetos em sua escola, como a ida ao Arquivo Público ou ao Museu do Alto Sertão da Bahia (Masb)?</p>	<p><input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Pouca <input checked="" type="checkbox"/> Muita Comentário: <i>Por sermos de escola pública estadual não dispusemos de transporte escolar acessível para aulas de campo ou visitação, pois somos escola do campo em área rural/ distrito de Maniaçu a 28 km da sede de Caetité.</i></p>
<p>5. Professora, é realizada alguma preparação com os discentes antes da vinda ao Arquivo?</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Comentário: conversa informal passando as orientações de como consultar os documentos físicos e digitais salvaguardados no APMC.</p>
<p>6. Professora, como foi a sua experiência com o Arquivo?</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Excelente <input type="checkbox"/> Boa <input type="checkbox"/> Poderia ter sido melhor <input type="checkbox"/> Insatisfatória Comentário: Pois, utilizo da consulta e estudos no Arquivo desde a época da graduação 2001, e para as pesquisas do Mestrado – PPGELS 2022 a 2024.</p>
<p>7. A visita ao Arquivo com os alunos foi circunscrita a um determinado evento ou se transformou em prática de sua atividade de ensino?</p>	<p><input type="checkbox"/> A visita foi apenas uma vez <input checked="" type="checkbox"/> A visita é prática constante <input type="checkbox"/> Falta tempo para organizar a visita</p>
<p>8. Professora, a senhora trabalha com documentos em sala de aula? Quais os tipos e como tem acesso a eles?</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Utilizo os documentos do livro didático <input type="checkbox"/> Levo documentos para a sala de aula com alguma frequência <input type="checkbox"/> Dificilmente utilizo documentos em sala de aula</p>
<p>9. Quais os tipos de documento mais utilizados?</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> fontes escritas <input checked="" type="checkbox"/> Fontes imagéticas <input checked="" type="checkbox"/> Fontes materiais diversas <input type="checkbox"/> Não utilizo</p>
<p>10. Professora, a senhora conhece a Página do Arquivo Público de Caetité? Explora essa Página?</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Comentário: Sim, pois muitas das vezes é interessante termos esse contato digital com os materiais digitalizados</p>
<p>11. Conhece outros arquivos públicos e /ou fontes digitais?</p>	<p>Arquivo Publico de Rio de Contas, com visitação anual dos alunos do 2 e 3 ano do Cecipag- Col Est. Do Campo Pedro Atanasio Garcia- distrito de Maniaçu- Caetité- Bahia.</p>

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir das respostas do P1DO.

A análise das respostas fornecidas pelo docente do CECPAG (P1DO) revela um comprometimento com o uso de materiais didáticos variados e metodologias ativas no ensino de História, apesar da distância entre o distrito de Maniaçu e a Cidade de Caetité (28km). O professor destaca o uso de livros didáticos, documentos históricos,

filmes e outros materiais diversificados como recursos essenciais em suas aulas, demonstrando uma abordagem pedagógica bem dinâmica. A prática de diversificar as metodologias, incluindo gamificação e recursos audiovisuais, reforça seu empenho em tornar as aulas mais envolventes e significativas para os estudantes. Esse compromisso também é evidenciado pela preparação prévia que o professor realiza antes das visitas ao Arquivo Público, orientando os alunos sobre como manusear e consultar documentos históricos, o que contribui para uma experiência de aprendizado mais estruturada.

Apesar do esforço em proporcionar uma educação de qualidade, o docente enfrenta dificuldades relacionadas à logística para desenvolver projetos externos, como visitas ao Arquivo Público de Caetité ou ao Museu do Alto Sertão da Bahia, devido à falta de transporte escolar acessível em sua escola rural. Essas limitações, típicas de uma escola pública estadual em área rural, revelam os desafios enfrentados na implementação de práticas pedagógicas que envolvem o aprendizado em campo. Ainda assim, a experiência do professor com o Arquivo Público de Caetité é descrita como excelente, reforçada por sua longa trajetória de uso do espaço desde a época da graduação até suas pesquisas atuais no mestrado. A prática constante de visitas com os alunos ao Arquivo e a exploração de fontes digitais e outros arquivos, como o Arquivo Público de Rio de Contas, indicam uma dedicação contínua em conectar os estudantes com o patrimônio histórico e cultural da região.

Iremos analisar agora as respostas fornecidas pelo docente do CETEP, escola de Ensino Médio do Município de Caetité. A tabela 04 detalha as experiências do P2DO, seus êxitos e desafios para visita ao arquivo e trabalho com fontes

Tabela 05: Respostas obtidas a partir da aplicação do questionário com o docente do CETEP (P2DO).

PERGUNTAS	RESPOSTAS
1 Professora, na organização das suas aulas quais são os materiais didáticos mais utilizados	(X) livro didático () blogs, podcast (X) documentos e fragmentos de documentos. () filmes () material didático diversificado () outro
2. Professora, a senhora procura diversificar as metodologias usadas em sala de aula (gameificação, filmes, etc)?	(X) Sim () Não () Às vezes
3. Como você conheceu o Arquivo Público de Caetité?	() através da divulgação do próprio Arquivo () Através de colegas

	<input type="checkbox"/> Através de um projeto <input checked="" type="checkbox"/> Outro: Através de uma monitora da graduação.
<p>4. Existe dificuldade em desenvolver projetos em sua escola, como a ida ao Arquivo Público ou ao Museu do Alto Sertão da Bahia (Masb)?</p>	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Pouca <input type="checkbox"/> Muita <p>Comentário: <i>a dificuldade diz respeito às dinâmicas de disposição das aulas com outros professores e nossa carga horária que não sobra tempo para organizar visita fora de nosso horário de aula. Mas procuro negociar e levo, quando possível. No ano de 2023 levei todas as turmas de 2º ano no APMC e no MASB. Este ano pretendo levar no MASB para a exposição do Reisado. A turma do 2 ADM A já foi no APMC na oficina realizada pela professora Araceli.</i></p>
<p>5. Professora, é realizada alguma preparação com os discentes antes da vinda ao Arquivo?</p>	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <p>Comentário: é pedido que observe o espaço, a apresentação feita no espaço, tire fotos, quando possível, para montar um relatório da visita. Tem ano que conseguimos levar os alunos no contexto da formação para educação patrimonial e produções dos álbuns(EPA- Educação Patrimonial e Artísticas),então fazemos oficinas de formação antes das visitas.</p>
<p>6. Professora, como foi a sua experiência com o Arquivo?</p>	<input checked="" type="checkbox"/> Excelente <input type="checkbox"/> Boa <input type="checkbox"/> Poderia ter sido melhor <input type="checkbox"/> Insatisfatória <p>Comentário: Nesta visita, em específico, eu não pude comparecer, mas as narrativas dos alunos formam ótimas. Eles gostaram muito de participar. Alguns nunca tinham ido ao arquivo antes.</p>
<p>7. A visita ao Arquivo com os alunos foi circunscrita a um determinado evento ou se transformou em prática de sua atividade de ensino?</p>	<input type="checkbox"/> A visita foi apenas uma vez <input checked="" type="checkbox"/> A visita é prática constante <input type="checkbox"/> Falta tempo para organizar a visita <p>Comentário: Apesar de ser uma prática constante, nem sempre dá para levar todas as turmas ou, a exemplo deste ano, só conseguirei levar ao Masb (são 7 turmas) devido a demanda de outros projetos da escola e a necessidade de dialogar com outros professores. Nem sempre o</p>

	professor do dia consegue aproveitar pedagogicamente a visita.
8. Professora, a senhora trabalha com documentos em sala de aula? Quais os tipos e como tem acesso a eles?	(X) Utilizo os documentos do livro didático (X) Levo documentos para a sala de aula com alguma frequência () Dificilmente utilizo documentos em sala de aula
9. Quais os tipos de documento mais utilizados?	(x) fontes escritas (x) Fontes imagéticas () Fontes materiais diversas () Não utilizo
10. Professora, a senhora conhece a Página do Arquivo Público de Caetité? Explora essa Página?	(x) Sim () Não Comentário: Faz tempo que acessei e não havia conseguido quase nada(acho que estava no começo) . Agora, com essa pergunta, retornei lá e vejo que está recheada. Vou começar a utilizá-la.
11. Conhece outros arquivos públicos e /ou fontes digitais?	Arquivo Público da Bahia, Arquivo Público de Rio de Contas

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir das respostas do P2DO.

A análise das respostas do docente P2DO do CETEP revela uma abordagem diversificada no uso de materiais didáticos em sala de aula. A prática constante de trabalhar com fontes escritas e imagéticas indica um esforço em aproximar os alunos da realidade histórica, criando uma conexão mais direta com os conteúdos estudados. O professor também busca diversificar as metodologias pedagógicas, adotando estratégias como gamificação e o uso de recursos multimídia, embora os filmes e outros materiais didáticos diversificados não sejam citados como opções frequentes. O fato de ter conhecido o Arquivo Público de Caetité através de uma monitora da graduação demonstra uma relação construída a partir de interações acadêmicas e não necessariamente por meio de divulgação institucional.

Em relação às visitas ao Arquivo Público e outros espaços culturais, o docente enfrenta desafios logísticos que envolvem a organização das atividades escolares e a necessidade de conciliar horários com outros professores. Ainda assim, o comprometimento é evidente, com a realização de visitas anuais e a preparação prévia dos discentes, que são incentivados a observar, registrar e refletir sobre o que experienciam durante as atividades. O professor considera essas visitas como parte integral de sua prática pedagógica, embora nem sempre consiga levar todas as turmas devido às limitações de tempo e recursos. A utilização da Página do Arquivo

Público de Caetité também é destacada, mostrando uma intenção de explorar recursos digitais e ampliar as oportunidades de aprendizagem dos alunos. A menção a outros arquivos públicos, como os de Bahia e Rio de Contas, reflete uma busca contínua por fontes históricas e patrimoniais que complementem suas aulas, fortalecendo o ensino de História de forma mais contextualizada e interativa.

Através do relato dos participantes é possível perceber que há uma preocupação por parte dos professores em despertar o interesse dos alunos pelo conhecimento histórico, conscientizando-os da importância do estudo da História para suas vidas. Nesse sentido, o APMC como ferramenta de ensino ressalta a importância dos documentos salvaguardados em seus mais variados usos para a construção do conhecimento histórico na sala de aula e o papel a ser desempenhado na gestão e preservação do patrimônio documental. Na concepção de Le Goff (2003):

Foi a partir das transformações ocorridas no campo historiográfico que outra discussão se encaminhou: a concepção de fonte documental. Até esse momento, o documento, era concebido como prova e entendido como verdade passou a ser analisado criticamente.

Sendo assim, o uso do APMC possibilita momentos de discussões com os estudantes, dando-lhes voz e fazendo-os pensar e expor suas vivências, possibilitando ao educando considerar o que está próximo (local) e o (longínquo) global como partes de um todo indissociável. E a partir desse entendimento alcançar autonomia para compreender por meio da leitura e da interpretação de diferentes fontes documentais, as quais devem ser interrogadas e problematizadas.

4.2 O APMC pelos funcionários

Nesta fase do questionário, solicitou-se aos colaboradores que fizessem considerações sobre o APMC, descrevendo suas experiências e os principais desafios enfrentados. Com o intuito de organizar e apresentar de forma clara essas percepções, elaboramos a Tabela 05, que expõe as respostas de alguns colaboradores (o questionário foi aplicado a quatro participantes).

Tabela 06: Respostas obtidas a partir da aplicação do questionário com os funcionários do APMC.

PERGUNTAS	RESPOSTAS
1. Há quanto tempo você trabalha no Arquivo Público Municipal de Caetité?	P1F: Mais de 6 anos. P2F: Mais de 6 anos. P4F: Mais de 6 anos. P4F: 1 a 3 anos.
2. Quais são os principais desafios para manutenção do Arquivo Público Municipal de Caetité na atualidade?	(4) Espaço de armazenamento (4) Condições de preservação (4) Recursos financeiros (4) Tecnologia e digitalização Outros: P1F: Continuidade de equipe estruturada para o trabalho cotidiano do arquivo. A equipe executora ou é da UNEB (monitoria) ou da Prefeitura (contratos) e ambos têm tempo passageiro na função que desempenha.
3. Existem projetos de extensão em curso desenvolvidos pelo Arquivo com as escolas de Caetité?	(4) Sim () Não
4. Existe algum material educativo produzido pelo Arquivo e voltado para as escolas?	(X) Sim () Não Comentário: P1F: Por exemplo, para o SIEP/2024, produzimos um stand na UNEB e, na exposição, além do Banner anunciando os diversos projetos de extensão do APMC, criamos uma história educativa em uso do texto verbal e não-verbal para indicar os diversos usos do prédio do atual APMC. No dia distribuimos um marca-texto com a mesma ideia. P3F: Existem visitas programadas e previamente agendadas. Nas visitas técnicas, professores e estudantes recebem informações de gestão e preservação de acervos e patrimônio em geral
5. O Arquivo é procurado pelas escolas e docentes para desenvolver projetos e parcerias? Com que frequência?	Todos responderam que “Sim”, e o Arquivo é procurado frequentemente.
6. Quem são os principais usuários do Arquivo Público Municipal?	(3) Pesquisadores. (3) Estudantes. (3) Funcionários públicos. (4) Cidadãos em geral.
7. Existem atividades ou programas de incentivo do uso do Arquivo voltado para a comunidade local?	(4) Exposições, palestras, oficinas (2) Programas educativos (2) Outros P1F: Eventos, Produção Acadêmica – teses, dissertações, artigos, etc.
8. Qual a sua percepção acerca das impressões que os visitantes apresentam ao tomar conhecimento dos acervos que o arquivo abriga?	P1F: As melhores impressões. Falando, a partir de um cotidiano de Caetité, por exemplo, há muitas

	<p>peças que pensam ser o lugar uma representação do que ficou, quando abandonado (antiga cadeia velha), tomar ciência da sua resignificação, é surpreendente. A partir do cotidiano regional e de outros lugares (cidades, estados, países), muitos são os visitantes que demonstram surpresa pela comprovação do potencial do APMC.</p> <p>P2F: A melhor possível.</p> <p>P3F: Em geral, os visitantes ficam positivamente impressionados com o trabalho do APMC na gestão dos seus acervos.</p> <p>P4F: Muitos ficam surpresos quando veem o nosso vasto acervo e como nós preservamos e organizamos.</p>
<p>9. Quais são as suas expectativas para o futuro do Arquivo Público Municipal de Caetité?</p>	<p>(4) Expansão do acervo (4) Melhoria das instalações (4) Aumento da visibilidade e uso do Arquivo pela comunidade (4) Aumento do número de funcionários (2) Outros</p>
<p>10. Como você vê a relação Arquivo e escola da Educação Básica?</p>	<p>P1F: Relação boa, podendo melhorar. Estamos discutindo isso no âmbito da coordenação do APMC. A ideia é ampliar a parceria, investindo em práticas educativas que promovam o uso dos acervos com crianças, jovens e adultos em escolaridade, pensando, também, o público educativo em adesão a outras instâncias, como ONGs, Sindicatos, Igrejas, dentre outros.</p> <p>P2F: Bom, mas pode melhorar.</p> <p>P3F: O Arquivo tem contribuído por meio de visitas técnicas/guiadas.</p> <p>P4F: Uma excelente relação, porém pode melhorar, com a alta procura das Instituições de Ensino da Educação Básica, para a realização de suas visitas.</p>
<p>11. O Arquivo Público vai às escolas, desenvolve projetos de conscientização do patrimônio e do próprio Arquivo nas escolas?</p>	<p>P1F: Sim. Sempre vai, principalmente, quando convidado.</p> <p>P2F: Sim, quando há o convite.</p> <p>P3F: Essa atividade não é desenvolvida por dificuldade de recursos humanos.</p> <p>P4F: Sim, quando há o convite.</p>
<p>12. Há algum outro aspecto do Arquivo Público Municipal que você gostaria de mencionar?</p>	<p>P3F: Compete à comunidade (acadêmica e geral) contribuir com a coleta e doação de acervos históricos (públicos e privados) para guarda e gestão do APMC.</p>

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir das respostas dos funcionários do arquivo.

A partir dessas considerações, é possível inferir que a relação ensino/aprendizagem também se constrói através de parcerias em que se reconhece o diálogo entre educador e educando como ferramenta para o processo de ensino. Cabe frisar, que o APMC colabora com o órgão municipal para digitalizar documentos importantes que estão sob a guarda do município, facilitando o acesso ao público e preservando o conteúdo original, por isso, a importância das parcerias que fortalecem o vínculo entre o público e o patrimônio documental local, garantindo que a história e a cultura sejam preservadas de forma acessível e organizada para as futuras gerações.

Alinhada as discussões, quando foi perguntado se existem projetos de extensão em curso desenvolvidos pelo APMC com as escolas de Caetité, bem como material educativo produzido pelo APMC e voltado para as escolas. Fizeram a seguinte afirmação no espaço “comentário”:

Há o projeto Arquivo – Escola e os demais de extensão, por exemplo, o que estou como responsável (Polo Acadêmico Judiciário de Caetité), em promoção de práticas de educação patrimonial em atendimento a públicos escolares ou não escolares. (P1F)

Por exemplo, para o SIEP/2024, produzimos um *stand* na UNEB e, na exposição, além do *banner* anunciando os diversos projetos de extensão do APMC, criamos uma história educativa (“Eu fui... Eu fiquei... Eu sou...”) em uso do texto verbal e não-verbal para indicar os diversos usos do prédio do atual APMC. No dia, distribuimos um marca-texto com a mesma ideia. Pela parceria APMC/MASB, no *stand*, recebemos a oficina do Projeto “Laços que se Entrelaçam” e produzimos, no momento, artesanatos em diálogo com a temática. (P2F)

Ter essa compreensão acerca da parceria entre APMC e educação, entende-se que a proposta como ferramenta de ensino impulsiona o diálogo entre ambos, já que o APMC passa a ser entendido como espaço em potencial para relação com a escola e detentor de um rico acervo como matéria prima para os professores. Dessa forma, compreendemos que a utilização de documentos e os procedimentos adequados à sua leitura são fundamentais no processo de transformação no Ensino de História, o APMC assume um papel fundamental no compromisso com a educação não só a superior como também a Educação Básica.

Para além da discussão sob as fontes documentais, o APMC, por meio de atividades pedagógicas, pode fomentar o uso do patrimônio documental na sala de

aula e corroborar com o fortalecimento de seu lugar central quando o assunto é a preservação da memória e a garantia de direitos. Ao encontro dessas concepções dialogamos com o entendimento de Alves, Brando e Menezes (2015, p. 14), que defendem a viabilidade de “educar e aprender a partir do patrimônio, aguçando e qualificando nossas formas de perceber, ler e intervir no mundo [...]” (Alves, Brando e Menezes, 2015, p. 14).

Ao serem perguntados sobre como eles veem a relação Arquivo e escola da Educação Básica, no campo “comentário”, eles deram a seguinte resposta:

Relação boa, podendo melhorar. Estamos discutindo isso no âmbito da coordenação do APMC. A ideia é ampliar a parceria, investindo em práticas educativas que promovam o uso dos acervos com crianças, jovens e adultos em escolaridade, pensando, também, o público educativo em adesão a outras instâncias, como ONGs, Sindicatos, Igrejas, dentre outros. (P1F)

Uma excelente relação, porém pode melhorar, com a alta procura das Instituições de Ensino da Educação Básica, para a realização de suas visitas. (P4F)

Percebe –se assim, a necessidade da construção de programas e ações que aproximem o público escolar da instituição e a promoção de visitas mediadas a estudantes e professores de instituições de ensino, o APMC é um recurso valioso para **projetos de pesquisa escolar**. Estudantes podem realizar projetos investigativos sobre a história da sua cidade ou comunidade, utilizando os documentos arquivísticos como base para suas pesquisas. Isso também aproxima os alunos da realidade local, mostrando como as grandes histórias do país muitas vezes têm seus reflexos na história local.

Caminhando para finalização das perguntas do questionário, observou-se que este trabalho permitiu constatar que ao utilizar o APMC como metodologia de ensino, tornou as aulas de História muito mais atrativa e interessante, sobretudo, os conteúdos ganharam mais sentido e significado auxiliando os estudantes a exercitar seu olhar crítico.

Verificado o quantitativo de 17 alunos, quanto ao aspecto se gostaram em ter aula em outro espaço fora da sala de aula, todos consideraram que “sim”, com relação em sair da sala de aula para outro espaço, tornar mais interessante, também neste quesito todos deram respostas positivas, por estarem em um ambiente diferente, traz

mudança na temática, ajudando na compreensão dos assuntos. Desse modo, é propício afirmar que o APMC ganha espaço relevante no trabalho docente e no processo de ensino e aprendizagem, uma vez que, contribui para professores e alunos, se aproxime das problemáticas locais, exigindo poder cognitivo, capacidade de análise e percepção. O que os torna aptos a compreender as nuances que envolve a sociedade proporcionando-os viver processos reais e ter condições de intervir de forma autônoma em prol de um mundo melhor e uma sociedade mais justa e igualitária.

5 NOTAS SOBRE O PRODUTO EDUCACIONAL

Como produto da pesquisa, nos propomos a produzir um guia didático a fim de auxiliar professores da educação básica a utilizar o APMC enquanto ferramenta com potencial de dinamizar um ensino e aprendizagem de modo mais significativo e dinâmico. As ações desenvolvidas por meio da pesquisa e Catalogação dos documentos torna-se subsídios para Preservação da História local e Acesso ao Patrimônio Documental, desenvolvida através do programa de Pós-Graduação Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS), ofertado pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus VI, resultaram no seguinte produto: Guia Didático: O APMC e suas potencialidades enquanto ferramenta pedagógica.

O guia propõe uma aula diferente, uma aula de campo, cuja finalidade é permitir que os alunos transcendam as paredes da sala de aula e se envolvam diretamente com a História local. Acreditamos que a aula de campo desempenha um papel crucial no processo ensino/aprendizagem, pois rompe com a rotina da sala de aula, oferece uma abordagem educacional que vai além dos limites tradicionais. A proposta apresentada permite a visibilidade do APMC, dos documentos por parte da comunidade escolar interna e externa, principalmente o corpo pedagógico e estudantes, que poderão fazer uso desse patrimônio cultural para diversos fins. Assim, com mais acesso à própria história, pretendemos estabelecer uma relação afetiva entre a escola e todas as pessoas que frequentam esse espaço.

Este trabalho permite que os alunos experimentem um aprendizado de maneira mais significativa e fora da sala de aula, os alunos são expostos a estímulos sensoriais, contextos autênticos, o que enriquece sua compreensão e apreciação pelos temas abordados, além de estimular a curiosidade, a criatividade e o pensamento crítico. Essa experiência também contribui para a interação entre os alunos e os professores, fortalecendo os laços educacionais.

Esse produto consiste na descrição do APMC, em seu aspecto de atuação, bem como, espaço para o ensino e aprendizagem e de interação social. Vale ressaltar que as inquietações ocorridas que culminaram neste produto de mestrado nasceram justamente do entendimento de que se faz necessária a construção de um dispositivo como guia, que fosse atraente, dinâmico e capaz promover diversas buscas com facilidade.

O Guia Didático, produto deste estudo, encontra-se organizado da seguinte forma: elemento pré-textual, capa, contracapa, e sumário, seguido dos elementos textuais - apresentação, introdução, organização arquivística, descrição de documentos, seguido da elaboração de 3 sequências didáticas e as considerações finais. Na fase da edição gráfica do Guia, recorreremos à plataforma online Canva, para a montagem da estrutura e da diagramação. Contém também imagens de algumas etapas do processo da pesquisa.

Para tornar esse estudo ainda mais interessante, apresentamos uma linha do tempo para melhor conhecer como se constituiu o prédio antes câmara e cadeia, até se tornar uma ferramenta pedagógica e em sua valorização da memória para compreensão da História local.

Para melhor vivenciar o APMC enquanto ferramenta de ensino e torná-lo uma prática, o guia apresenta uma série de sequências didáticas, elaboradas em conformidade com as competências gerais e específicas da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para a Educação Básica, bem como as habilidades específicas da área, descritas na BNCC.

As sequências didáticas foram pensadas, inicialmente, para aplicação na Educação Básica em aulas de História e áreas afins. Entretanto, elas são um convite aos professores para utilizarem em diferentes séries. Contudo, tantas outras sequências e temáticas são possíveis de serem elaboradas a partir desta dissertação e de outras discussões que podem ser levantadas sobre o APMC como ferramenta pedagógica em questão.

O Guia é apenas um ponto de partida, pois pretende dar suporte ao docente preparando os alunos antes, durante e depois da visita ao APMC. Foi elaborado com base em uma seleção de temas apresentados em três sequências didáticas. Sua estruturação parte de reflexão dessa dissertação de mestrado, a qual apresenta um conteúdo que fundamenta as bases teóricas sobre cada um dos temas. Nessa perspectiva, o trabalho com o guia didático deve caminhar junto com essa dissertação.

A sequência didática número um, exploramos a temática que tem como título: *O Arquivo Público Municipal de Caetité e sua importância para a preservação do 2 de julho*. Em uma sequência de cinco aulas, propõe destacar não apenas o papel dessa data para a cidade de Caetité, mas também compreender a importância do Arquivo Público Municipal de Caetité (APMC) como guardião das memórias e documentos que

ajudam a preservar e contar essa história. Como produto final, é sugerido a cada aluno uma cópia de um documento histórico do APMC que trata sobre o 2 de julho (anexo II). Juntamente com o documento, entregar uma ficha de análise que deverá ser preenchida com base nas informações obtidas a partir da leitura e interpretação do conteúdo. Busca-se incentivar que os alunos tenham contato com cópias das fontes sobre o Dois de julho presentes no APMC.

Na sequência número dois, *Caetité: sua história por meio de fotografias*, em uma sequência de cinco horas aulas, visa analisar o potencial das fotografias como fonte histórica e desenvolver o senso crítico dos estudantes em relação à observação das fotografias. É relevante destacar que, embora a sequência didática tenha como ponto de partida fotografias históricas, o docente poderá abordar de forma mais abrangente, concedendo voz e oportunidades para que o aluno utilize fotografias recente e conte sua história. Esta sequência propõe como produto final apresentar um texto do site Brasil Escola, intitulado “História da Fotografia”, e distribuirá uma cópia a cada aluno (disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/curiosidades/historia-da-fotografia.htm>).

Será realizada uma leitura compartilhada do texto, com o professor orientando a leitura e destacando pontos importantes. O objetivo é compreender as fotografias como potenciais fontes de análise para historiadores.

A sequência número três, também pensada para cinco horas aulas, tem como título: *Memórias de um passado esquecido: analisando a escravidão na sala de aula*. A proposta para o produto final é proporcionar aos alunos uma compreensão crítica e profunda sobre a escravidão no Brasil, com ênfase na realidade local de Caetité. O objetivo é conscientizar os alunos sobre o passado escravocrata brasileiro e suas implicações históricas e sociais no município de Caetité-BA.

Dessa forma, temos em nosso guia pedagógico um conjunto de sequências Didáticas adaptáveis, capaz de oferecer caminhos para o uso do APMC enquanto ferramenta de ensino. Uma ferramenta poderosa para o trabalhar e valorizar os aspectos da História local, além de possibilitar um ensino mais compreensível aos estudantes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O APMC se constitui como um espaço privilegiado para a aprendizagem individual ou coletiva dos indivíduos que dele fazem parte e essa aprendizagem pode ser ampliada a partir de atividades interdisciplinares. Contudo, para que isso aconteça, o professor precisa estar disposto a romper com as barreiras que disciplinam o conhecimento, contextualizando o ensino e inovando a sua prática em sala de aula.

O objetivo deste trabalho foi aproximar Arquivo-Escola mostrando um leque de possibilidades, de descobertas, de modo instigador para os discentes, especialmente em apresentar melhor a história local de Caetité a partir do acervo do APMC.

Deste modo, esse trabalho se constitui como uma iniciativa inovadora e necessária que tende a contribuir para a qualidade do ensino de História e áreas a fins. A princípio foi apresentado um estudo sobre o APMC e sua História. Logo depois, analisou-se o APMC, seu acervo, projetos e ações educativas. Dessa forma, a primeira discussão que se incidiu é a de que os documentos históricos precisam ser preservados, não só pelo grande valor que têm para a história e a produção do conhecimento nesta área, mas porque dialogam profundamente com outras esferas do conhecimento.

Os documentos históricos, enquanto fontes de informações, vêm sendo discutidos por diversos pesquisadores, educadores e outros sujeitos interessados, despertando novos olhares em relação aos documentos arquivísticos, com elevação a um diálogo que emerge tanto das teorias utilizadas para a organização e preservação destes documentos no âmbito arquivístico, quanto na reconstrução das memórias e nas investigações acerca da história da educação

Tendo em vista o valor histórico-cultural do APMC, enquanto espaço cultural a ser explorado, com muitas histórias a serem contadas, com pesquisas ainda a serem feitas, como peculiaridades da cultura local, é possível assentir o potencial que tem esse acervo, que se constitui em um conjunto de documento rico e plural, sobretudo, em ações educativas. Neste viés, diversos autores sinalizam inúmeros desafios e possibilidades da utilização dessa massa documental como fonte de estudo da história da educação e como subsídio para o trabalho docente.

Os jornais integram essa gama de possibilidades acessíveis aos professores por meio da documentação histórica. Neles, as matérias regadas pela erudição do

editor João Gumes, abrem amplas possibilidades de leituras e análises interdisciplinares em sala de aula. Cada carta ou notícia do jornal apresenta diferentes possibilidades e todas elas envolvem assuntos que propiciam o ensino da história local, tendo como objetivo a inserção do aluno na história “mais próxima”, e oportunizam a pesquisa por meio de uma perspectiva interdisciplinar.

Neste trabalho de abordagem quali-quantitativa, buscamos, ao longo das leituras e das investigações, algumas discussões que trazem relevância das potencialidades do APMC, em especial para pesquisadores Docentes e seus alunos. Apresentamos como problemática, neste estudo, a percepção sobre o APMC como ferramenta de ensino com ênfase no uso de documentos históricos em sala de aula com possibilidade de reflexão sobre a História local. Neste viés, foi evidenciada a aprovação dos participantes desta pesquisa, confirmando a sua relevância, presumindo que terá efeito positivo para a qual foi criada.

Na pesquisa de campo, observamos como ponto forte a perspectiva otimista dos entrevistados quanto a sua experiência de sair da sala de aula e vivenciar o espaço do APMC. Observada também a dificuldade enfrentada pelos profissionais do setor administrativo no que tange ao manuseio e guarda documental. Assim, constatamos que um dos principais desafios para manutenção do APMC na atualidade estão as condições de armazenamento, ou seja, a busca por um anexo, Condições de preservação, recursos financeiros etc.

Ao realizar este trabalho, consideramos como um grande desafio para a escola e os órgãos responsáveis pela preservação documental, a busca de solução de problemas relacionados ao espaço físico, ao melhor acondicionamento e armazenamento desse acervo. Neste prisma foi observado, a partir da realidade empírica e da literatura que trata do tema, que há lacunas quanto aos mecanismos de gestão arquivística que atendam, de modo satisfatório, as funções do arquivo, conforme prevê a Lei Nº 8.159/1991, que ampara instituições e órgãos a tratarem seus documentos.

Em virtude dos dados levantados para a estruturação desta pesquisa, podemos concluir que o APMC configura como um campo de atuação com infinitas possibilidades de estudos e pesquisas. Para tanto, verificamos que se fazem necessárias ações que visem tornar o local de guarda documental adequado, tanto no âmbito estrutural quanto na questão técnica, além de formação do quadro

funcional, por parte das Entidades Mantenedoras, sobretudo, no que se refere aos procedimentos fundamentados nos parâmetros arquivísticos de fomento à conservação e preservação documental. A experiência com os estudantes no arquivo revelou um envolvimento profundo com a prática da pesquisa, superando todas as expectativas. O grupo demonstrou grande interesse e manteve-se engajado durante todo o processo, desde a manipulação dos materiais até as reflexões sobre suas descobertas. Foi inspirador observar como o contato direto com os documentos despertou entusiasmo, evidenciando o prazer de contribuir para a preservação de um patrimônio cultural tão significativo.

Essa vivência não apenas reforçou a sensibilidade dos estudantes em relação ao valor intrínseco dos acervos documentais, mas também destacou a relevância desses materiais como suportes fundamentais para a construção de narrativas educacionais em diferentes contextos. Além disso, a atividade mostrou o potencial das práticas de pesquisa em arquivos para fomentar ações que garantam a conservação e a disseminação da memória histórica e institucional, fortalecendo o vínculo entre o passado e o presente de forma concreta e transformadora.

Esperamos que este trabalho oportunize a sensibilização da comunidade escolar interna e externa ao demonstrar que o APMC é detentor de memórias, tornando-o reconhecido por suas contribuições para qualquer estudo que objetive discutir os processos históricos que marcaram os Sertões da Bahia, aqui entendido como espaço de múltiplas sociabilidades e de grande importância para a construção da Bahia e do Brasil. Neste contexto, inferimos a elementar função dos lugares de memória (Nora, 1993) nos processos de rememoração, em direção às ações que promovam a interrelação do ensino, pesquisa e extensão. Que outros trabalhos possam trilhar caminhos inesgotáveis para investigações relacionadas à diversas temáticas as quais a documentação deste acervo possa servir de base.

Por fim, essa pesquisa buscou trazer elementos que possam contribuir para uma mudança significativa na prática pedagógica docente. Vale ressaltar que, aos poucos, a escola, o ensino e o planejamento didático vêm sendo alterados para alcançar melhores resultados. No caso específico da Rede Estadual de Ensino, os Planos de Curso elaborados em 2011 e 2012, reformulados em 2013, já seguem um novo padrão que exige que professores de diversas áreas do conhecimento se reúnam para estudar, analisar e registrar as interfaces entre uma disciplina e outra.

Essa interface é a interdisciplinaridade e a partir dela os alunos, ao estudarem os conteúdos de História, poderão também aprender novos conhecimentos de forma contextualizada, envolvendo ações planejadas, pois o planejamento em si exerce a função de construir, desestruturar e reconstruir a prática educativa. Sem dúvidas esta não é uma tarefa fácil e, por isso, exige uma mudança de postura e de comportamento por parte daqueles que esperam que a interdisciplinaridade venha fazer parte da rotina escolar. Os professores da rede básica de Caetité, principalmente os de história, terão em suas mãos um produto que facilitará o processo de aplicação dos estudos sobre o APMC, com enfoque na utilização da história local, conceito que visa a aproximação do ensino de história à realidade dos alunos.

REFERÊNCIAS

_____. Memória, tempo e história: perspectivas teórico-metodológicas para a pesquisa em ensino de história. **Cadernos CEOM**, Chapecó (SC), v. 21, n. 28, p. 15-31, 2008. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/152>. Acesso em: 11 jul. 2023.

ALVES, Clarisse; BRANDO, Nôva; MENEZES, Vanessa. **Ação educativa e educação patrimonial em arquivos**: a oficina “resistência em arquivo:

ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE CAETITÉ. **Conselho Nacional de Arquivos**. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/servicos-1/consulta-as-entidades-custodiadoras-de-acervos-arquivisticos-cadastradas/entidades-custodiadoras-no-estado-da-bahia/arquivo-publico-municipal-de-caetite>. Acesso em: 23 jun. 2023.

ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE CAETITÉ. Disponível em: <http://www.arquivocaetite.ba.gov.br/>. Acesso em: 26 jun. 2023.

BELLOTTO, H. L. Patrimônio documental e ação educativa nos arquivos.

BRASIL, **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília. Senado Federal.

BRASIL. **Leis de Diretrizes e Bases da Educação**. Disponível em: www.portal.mec.gov.br Acesso em: 03 set. 2022.

CANCLINI, Nestor García. O patrimônio cultural e a construção do imaginário nacional. Revista do **IPHAN**, nº 23, 1994, p. 94-115. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat23_m.pdf. Acesso em 8 jul. 2023.

CAVALCANTI, E. História e história local: desafios, limites e possibilidades. **Revista História Hoje**, v. 7, nº 13, p. 272-292 – 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/329224514_Historia_e_historia_local_desafios_limites_e_possibilidades. Acesso em: 12 jul. 2023.

CONARQ – **Arquivo Nacional**. Disponível em <
<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br> > Acesso em: 23 abr. 2013.

DUBY, Geoges. História Social e Ideologias de las Sociedades. Saint Bernard: 1976

DURKHEIM, É. **Educação e sociologia**. 3ª ed. Tradução de Lourenço Filho. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

FAUSTO, R. C. A. M. et al. Observar, absorver e discutir: aula de campo sobre patrimônios do município de Caetité/Bahia. **Revista Foco**. Curitiba (PR), v.16.n.4, e1568| p.01-20, 2023.

GALZERANI, M. C. B. Práticas de ensino em projeto de educação patrimonial: a produção de saberes educacionais. **Proposições**, Campinas (SP), v. 24, n. 1 (70), p. 93-107, jan./abr. 2013. Disponível em:
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8642663>>.

Acesso em: 12 jul. 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, J. R. O Patrimônio Como Categoria de Pensamento. *In* Abreu, Regina, & Chagas, Mário (Org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2009.

GPCSL. **Arquivo Público de Caetité disponibiliza acervos para consulta**. Nov., 2018. Disponível em: <https://www.gruposerto.es.com.br/index.php/arquivo-publico-de-caetite-disponibiliza-acervos-para-consulta/>. Acesso em: 23 jun. 2023.

história em questão: cultura histórica, usos do passado. Rio de Janeiro: FGV, Editora, 2015.

HOLLÓS, Adriana Cox. **Fundamentos da Preservação Documental no Brasil**. *In*: Revista Acervo, v. 23, nº 2, 2012.

HORTA, M.L.P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A.Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília, 1999.

<http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>. Acesso em: 12 DE JUL. 2023.

In: Ciências & Letras. Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, Porto Alegre, n.27, jan./jun., 2000.

In: COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO, 3., Vitória da Conquista. Anais... Vitória da Conquista, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2003.

KOSERITZ, Carl. **Imagens do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo; Editora da Universidade de São Paulo 1980, p. 185-187.

Le Goff, Jacques, 1924. **História e memória** / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão ... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

LIBÂNEO, J. C; OLIVEIRA, J. F; TOSCHI, M. S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. Cortez, 2008.

MAINARDES, Jefersson. **Abordagem do Ciclo de Políticas: Uma Contribuição para a Análise de Políticas Educacionais, 2006**.

Mapa.an.gov.br- **arquivo publico do império**

MATTOS, Ilmar. **O tempo saquarema**. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994

MEDEIROS, R. H. A. Arquivos escolares – breve introdução à seu conhecimento.

MEDINA, A. F. El Archivo y la escuela. Propuestas didácticas. **Boletín de la ANABAD**, 66(2), 99-152, 2016.

MOREIRA, A. F. B. **Sobre a qualidade na Educação Básica**. In: Brasil, Ministério da Educação, Secretaria de Educação a Distância. Currículo: questões contemporâneas. Salto para o Futuro, Ano XVIII, Boletim 22, 2008. Disponível em: <http://tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/182618Curriculo.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2023.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**.

PAIVA, V. **Educação popular e Educação de Adultos**. 6ª edição. São Paulo: Loyola, 2003.

PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In. **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992, p. 25-28

patrimônio, ditadura e direitos humanos” no APERS. *OP/SIS*, Catalão, v.15, n. 1, p. 9-27, 2015.

PENNI, S. T. S.; VIEIRA S. L. **Refletindo sobre a função social da escola. Gestão da Escola** – Desafios a enfrentar. Rio de Janeiro: DP e A, 2002.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. Arquivo Público Municipal de Caetité: Notas Históricas Atuais. **Caderno de Resumo e Anais do I Seminário do Grupo de Pesquisa, Cultura, Sociedade e Linguagem (GPCSL/CNPq): os sertões da Bahia**. Caetité, v.1, nº1, p.67-77, out.2011.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. Disponível em: <http://www.pgdef.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2023.

POSSAMAI, Fabricio Caldeira. **Os serviços educativos e os arquivos**, 2010.

PRODANOV, C.C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo, FEEVALE, 2013.

RIBEIRO, M. C. L. **Ética e integridade na pesquisa científica: A saúde da ciência**. Revista Ibero.

ROCHA, H.; MAGALHÃES, M.; GONTIJO, R. (Org.). **O ensino de**

ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 9, n.17, p.85-91, 1996. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2019>. Acesso em: 11 jul. 2023.

RÜSEN, Jörn. **História viva Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico**. Tradução de Estatevão de Rezende Martins. Brasília: UNB, 2007.

SANTOS, A. S. Patrimônio e memória: da imposição de identidades à potencialização de atos coletivos. **EDUFBA**, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/7663>. Acesso em: 13 jun. 2022.

SANTOS, H. L. Caetité, pequenina e ilustre. Brumado: **Jornal Tribuna do Sertão**, 1997.

São Paulo, n.10, p.7-28, dez. 1993. Disponível em:

SCHMIDT, M. A.; CAINELLI, M. **Ensinar história**. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2009.

SOUZA, Claudio R. Almeida. **Descolonizando a Educação Patrimonial: Perspectivas futuras de uma proposta educacional**.

SOUZA, M. J. A Memória como matéria prima para uma identidade: apontamentos teóricos acerca das noções de memória e identidade. **Revista Graphos**, vol. 16, nº 1, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/graphos/article/view/20337>. Acesso em 13 jun. 2022.

TARDIF, Maurice o trabalho docente: **elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**-Petrópolis, RJ: Vozes, 2009

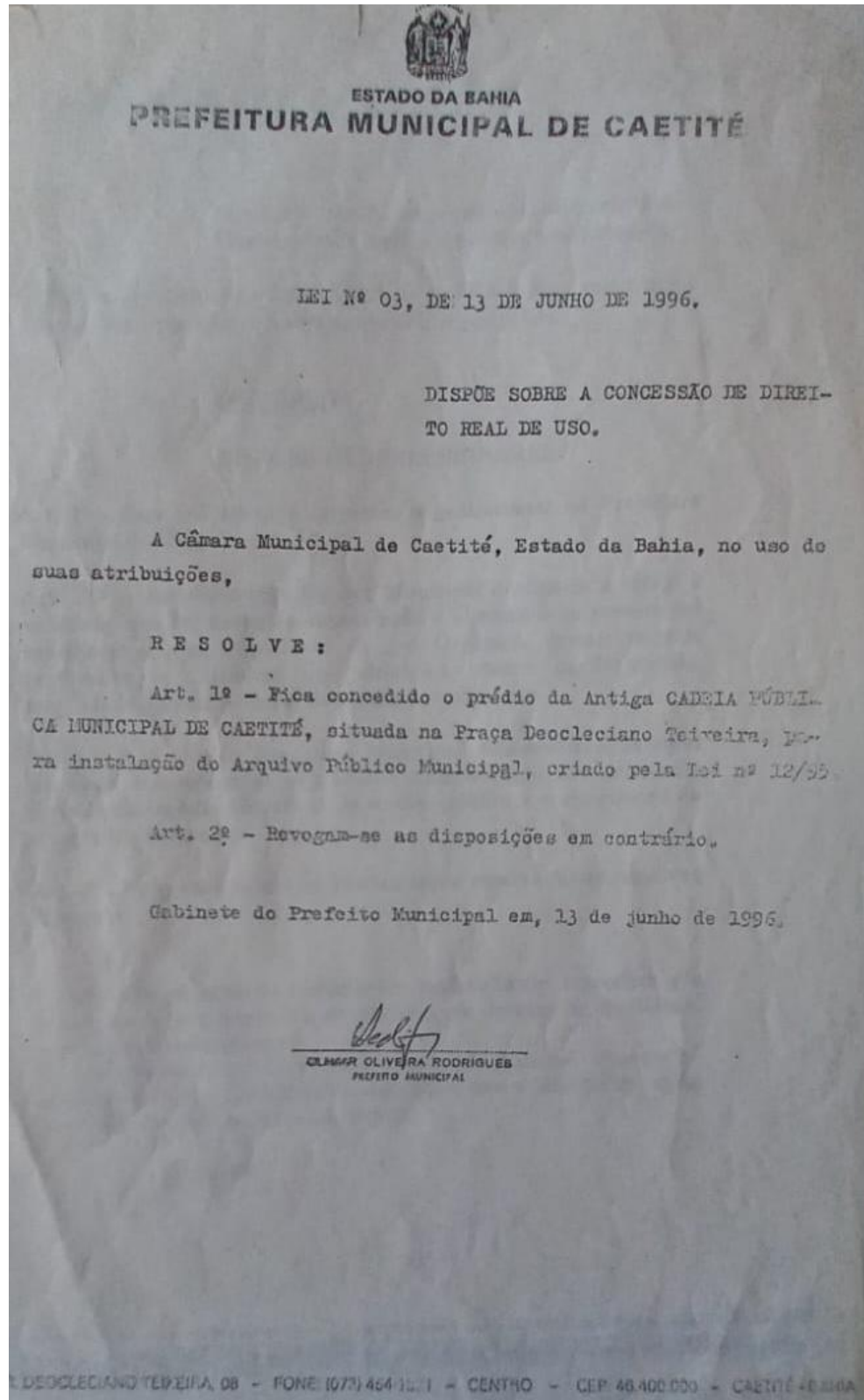
TOMAZ, P. C. A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil. **Revista Fexis - história e estudos sociais**. Maio/junho/julho/ agosto, 2010. Vol. 7, ano VII, n. 2. Disponível em: https://www.revistafenix.pro.br/PDF23/ARTIGO_8_PAULO_CESAR_TOMAZ_FENIX_MAIO_AGOSTO_2010.pdf. Acesso em: 14 jun. 2022.

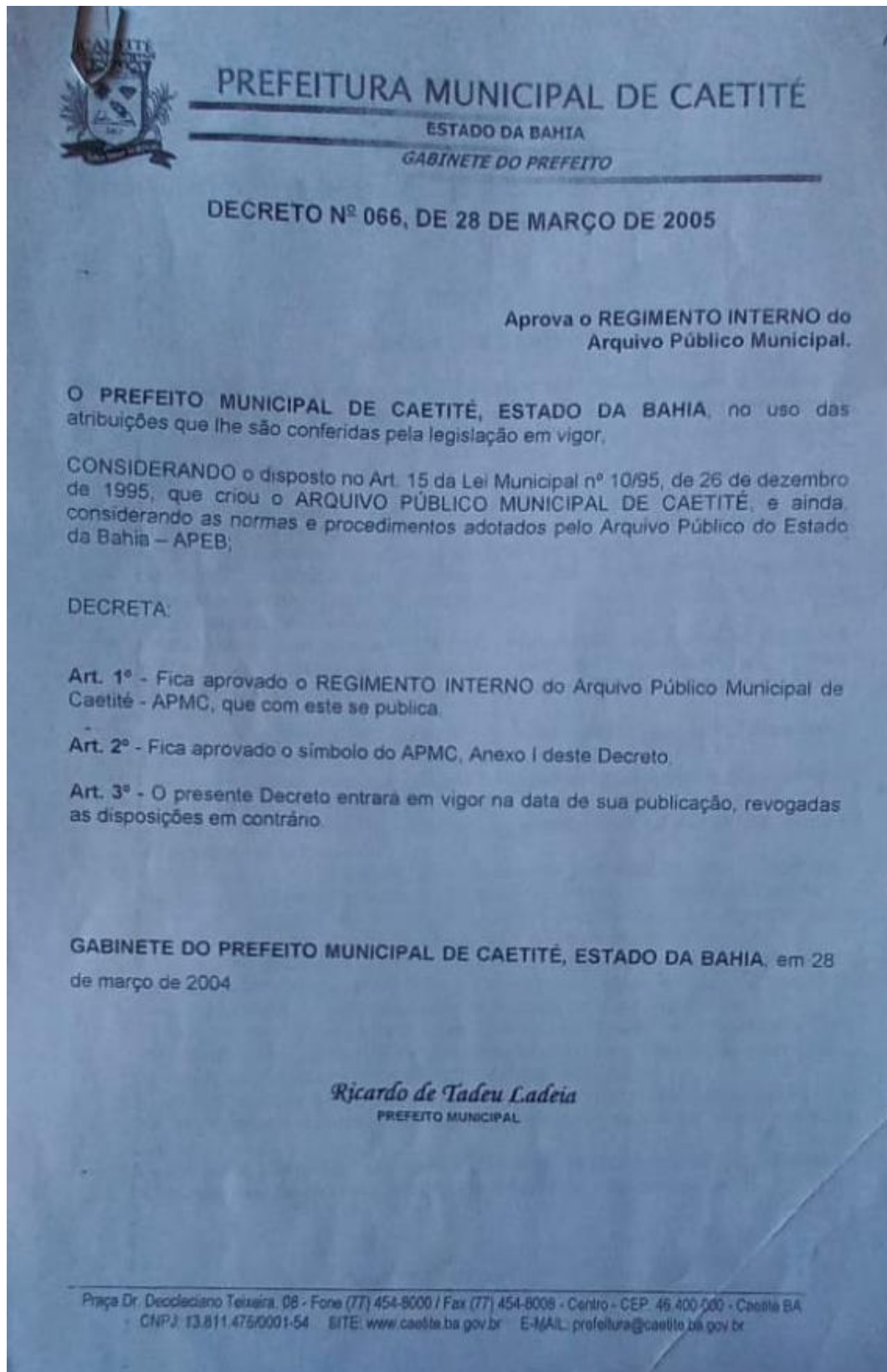
WEFFORT, H. F. et al. **Currículo e educação integral na prática: uma referência para estados e municípios**. 1. Ed. – São Paulo: Associação Cidade Escola Aprendiz, 2019.

YAMASHITA, M,M; PALETTA, F.A.C. **Preservação do patrimônio documental e Bibliográfico com ênfase na higienização de livros e documentos textuais.** Rio de Janeiro, V.2, M.2, p 172-184, Ago./ dez.2006.

ANEXOS

ANEXO A - LEI N. 03 DE 13 JUNHO DE 1996



ANEXO B - DECRETO N. 066 25/03/2005.

ANEXO C - PERGUNTAS PARA FUNCIONÁRIOS DO ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE CAETITÉ



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH, CAMPUS VI, CAETITÉ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO, LINGUAGEM E SOCIEDADE –
PPGELS**

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Caetité, 09 de setembro de 2024

Prezados (as) colaboradores (as) do Arquivo Público Municipal de Caetité.

Ao cumprimentar lhes, encaminhamos a apresentação da pesquisa intitulada **O ARQUIVO PÚBLICO E A SALA DE AULA: APROXIMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA O DESPERTAR DE UMA HISTÓRIA LOCAL**. Esta pesquisa integra o Programa de Mestrado em Ensino, linguagem e sociedade da Universidade Estadual da Bahia, Programa sediado pelo Departamento de Ciências Humanas, campus VI (PPGELS/UNEB/DCH-VI). Nosso objetivo é refletir sobre uma das funções do Arquivo Público Municipal de Caetité para além de lugar de guarda e preservação de um patrimônio histórico ou de um acervo de pesquisa. Nosso foco é pensar o APMC enquanto ferramenta com potencial de dinamizar um ensino e aprendizagem de modo mais significativo e dinâmico na Educação Básica

Vimos através deste solicitar sua autorização para execução e coleta de dados que será feita através de Questionário com perguntas relacionadas ao funcionamento e importância do Arquivo Público Municipal de Caetité. Salientamos sua importância ao contribuir com a nossa solicitação. Queremos informar que o caráter ético desta pesquisa assegura o sigilo das informações coletadas e garante, também, a preservação da identidade e da privacidade da instituição e do participante. Por outro lado, solicitamos permissão para a divulgação desses resultados em forma de pesquisa preservando sigilo e ética. Esclarecemos que tal autorização está em consonância com a resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Agradecemos

vossa compreensão e colaboração no processo de desenvolvimento da pesquisa científica em nossa região. Colocam-me à vossa disposição nos contatos, conforme segue:

Agradecemos antecipadamente.

Mestrando (a)

Araceli Carvalho Pereira

Araceli Carvalho Pereira

Celular: 7799152-5346

E-mail: araceliprofhistoriacte@gmail.com

BLOCO 1 – PERGUNTAS PARA FUNCIONÁRIOS DO ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE CAETITÉ

Parte 1: Informações Gerais

Nome do entrevistado/ participante:

Cargo/Função:

1. Há quanto tempo você trabalha no Arquivo Público Municipal de Caetité?

- () Menos de 1 ano
- () 1 a 3 anos
- () 4 a 6 anos
- () Mais de 6 anos

2. Quais são os principais desafios para manutenção do Arquivo Público Municipal de Caetité na atualidade?

- () Espaço de armazenamento
- () Condições de preservação
- () Recursos financeiros
- () Tecnologia e digitalização
- () Outros _____

3. Existem projetos de extensão em curso desenvolvidos pelo Arquivo com as escolas de Caetité?

- () Sim

() Não

Comentário _____

4. Existe algum material educativo produzido pelo Arquivo e voltado para as escolas?

() Sim

() Não

Comentário _____

Parte 2 Acesso e Uso do Arquivo

5. O Arquivo é procurado pelas escolas e docentes para desenvolver projetos e parcerias? Com que frequência?

6. Quem são os principais usuários do Arquivo Público Municipal?

() Pesquisadores

() Estudantes

() Funcionários públicos

() Cidadãos em geral

7. Existem atividades ou programas de incentivo do uso do Arquivo voltado para a comunidade local?

() Exposições, palestras, oficinas

() Programas educativos

() Outros _____

Parte 3: Avaliação e Melhorias

8. Qual a sua percepção acerca das impressões que os visitantes apresentam ao tomar conhecimento dos acervos que o arquivo abriga?

9. Quais são as suas expectativas para o futuro do Arquivo Público Municipal de Caetité?

() Expansão do acervo

() Melhoria das instalações

() Aumento da visibilidade e uso do Arquivo pela comunidade

() Aumento do número de funcionários

() Outros _____

10. Como você vê a relação Arquivo e escola da Educação Básica?

11. O Arquivo Público vai às escolas, desenvolve projetos de conscientização do patrimônio e do próprio Arquivo nas escolas?

12. Há algum outro aspecto do Arquivo Público Municipal que você gostaria de mencionar?

ANEXO D: PERGUNTAS DIRIGIDAS AOS USUÁRIOS DO ARQUIVO (Discentes)



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH, CAMPUS VI, CAETITÉ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO, LINGUAGEM E SOCIEDADE –
PPGELS**

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Caetité, 09 de setembro de 2024

Prezados (as),

Discentes.

Ao cumprimentar lhes, encaminhamos a apresentação da pesquisa intitulada **O ARQUIVO PÚBLICO E A SALA DE AULA: APROXIMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA O DESPERTAR DE UMA HISTÓRIA LOCAL**. Esta pesquisa integra o Programa de Mestrado em Ensino, linguagem e sociedade da Universidade Estadual da Bahia, Programa sediado pelo Departamento de Ciências Humanas, campus VI (PPGELS/UNEB/DCH-VI). Nosso objetivo é refletir sobre uma das funções do Arquivo Público Municipal de Caetité para além de lugar de guarda e preservação de um patrimônio histórico ou de um acervo de pesquisa. Nosso foco é pensar o APMC enquanto ferramenta com potencial de dinamizar um ensino e aprendizagem de modo mais significativo e dinâmico na Educação Básica.

Vimos através deste solicitar sua autorização para execução e coleta de dados que será feita através de Questionário com perguntas relacionadas ao funcionamento e importância do Arquivo Público Municipal de Caetité. Salientamos sua importância ao contribuir com a nossa solicitação. Queremos informar que o caráter ético desta pesquisa assegura o sigilo das informações coletadas e garante, também, a preservação da identidade e da privacidade da instituição e do participante. Por outro lado, solicitamos permissão para a divulgação desses resultados em forma de pesquisa preservando sigilo e ética. Esclarecemos que tal autorização está em consonância com a resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Agradecemos

vossa compreensão e colaboração no processo de desenvolvimento da pesquisa científica em nossa região. Colocam-me à vossa disposição nos contatos, conforme segue:

Agradecemos antecipadamente.

Mestrando (a)

Araceli Carvalho Pereira

Araceli Carvalho Pereira

Celular: 7799152-5346

E-mail: araceliprofhistoriacte@gmail.com

BLOCO 3 – PERGUNTAS DIRIGIDAS AOS USUÁRIOS DO ARQUIVO (Discentes)

1. Discente: O que o Arquivo trouxe de novidade para o seu aprendizado?

Comentário _____

2. Discente: Como foi a sua experiência de sair da sala de aula e vivenciar o espaço do Arquivo Público?

Comentário _____

3. Você gostou de ter aula em outro espaço fora da sala de aula

() Sim

() Não

Comentário _____

4. Em quais outros espaços você imaginaria tendo uma aula de História?

() No Museu do Alto Sertão da Bahia (MASB)

() Na casa Anísio Teixeira

() No Cemitério de Caetité

() Na Casa do Barão de Caetité

() Na Igreja São Benedito

Comentário _____

5. Sair da sala de aula para outro espaço torna a aula mais interessante?

() Sim

() Não

Comentário _____

6. Que sugestão você daria para tornar a aula de História mais interessante?

7. Por que estudamos História?

ANEXO E - PERGUNTAS DIRIGIDAS AOS USUÁRIOS DO ARQUIVO (PROFESSORES)



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH, CAMPUS VI, CAETITÉ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO, LINGUAGEM E SOCIEDADE –
PPGELS**

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Caetité, 09 de setembro de 2024.

Prezada,

Professora Nadir de Souza Lédo Aguiar

Ao cumprimentar Ihes, encaminhamos a apresentação da pesquisa intitulada **O ARQUIVO PÚBLICO E A SALA DE AULA: APROXIMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA O DESPERTAR DE UMA HISTÓRIA LOCAL**. Esta pesquisa integra o Programa de Mestrado em Ensino, linguagem e sociedade da Universidade Estadual da Bahia, Programa sediado pelo Departamento de Ciências Humanas, campus VI (PPGELS/UNEB/DCH-VI). Nosso objetivo é refletir sobre uma das funções do Arquivo Público Municipal de Caetité para além de lugar de guarda e preservação de um patrimônio histórico ou de um acervo de pesquisa. Nosso foco é pensar o APMC enquanto ferramenta com potencial de dinamizar um ensino e aprendizagem de modo mais significativo e dinâmico na Educação Básica

Vimos através deste solicitar sua autorização para execução e coleta de dados que será feita através de Questionário com perguntas relacionadas ao funcionamento e importância do Arquivo Público Municipal de Caetité. Salientamos sua importância ao contribuir com a nossa solicitação. Queremos informar que o caráter ético desta pesquisa assegura o sigilo das informações coletadas e garante,

também, a preservação da identidade e da privacidade da instituição e do participante. Por outro lado, solicitamos permissão para a divulgação desses resultados em forma de pesquisa preservando sigilo e ética. Esclarecemos que tal autorização está em consonância com a resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Agradecemos vossa compreensão e colaboração no processo de desenvolvimento da pesquisa científica em nossa região. Colocam-me à vossa disposição nos contatos, conforme segue:

Agradecemos antecipadamente.

Mestrando (a)

Araceli Carvalho Pereira

Araceli Carvalho Pereira

Celular: 7799152-5346

E-mail: araceliprofhistoriacte@gmail.com

BLOCO 2 – PERGUNTAS DIRIGIDAS AOS USUÁRIOS DO ARQUIVO (PROFESSORES)

1 Professor, na organização das suas aulas quais são os materiais didáticos mais utilizados

- () livro didático
- () blogs, podcast
- () documentos e fragmentos de documentos.
- () filmes
- () material didático diversificado
- () outro _____

2. Professor, o senhor procura diversificar as metodologias usadas em sala de aula (gameficação, filmes, etc)?

- () Sim
- () Não
- () Às vezes

3. Como você conheceu o Arquivo Público de Caetité?

- () através da divulgação do próprio Arquivo
- () Através de colegas
- () Através de um projeto

() Outro _____

4. Existe dificuldade em desenvolver projetos em sua escola, como a ida ao Arquivo Público ou ao Museu do Alto Sertão da Bahia (Masb)?

- () Não
() Sim
() Pouca
() Muita

Comentário _____

5. Professor, é realizada alguma preparação com os discentes antes da vinda ao Arquivo?

- () Sim
() Não

Comentário _____

6. Professor, como foi a sua experiência com o Arquivo?

- () Excelente
() Boa
() Poderia ter sido melhor
() Insatisfatória

Comentário _____

7. A visita ao Arquivo com os alunos foi circunscrita a um determinado evento ou se transformou em prática de sua atividade de ensino?

- () A visita foi apenas uma vez
() A visita é prática constante
() Falta tempo para organizar a visita

Comentário _____

8. Professor, o senhor trabalha com documentos em sala de aula? Quais os tipos e como tem acesso a eles?

- () Utilizo os documentos do livro didático
() Levo documentos para a sala de aula com alguma frequência
() Dificilmente utilizo documentos em sala de aula

9. Quais os tipos de documento mais utilizados:

- () fontes escritas
() Fontes imagéticas
() Fontes materiais diversas
() Não utilizo

10. Professor, o senhor conhece a Página do Arquivo Público de Caetité? Explora essa Página?

- () Sim
() Não

Comentário _____

11. Conhece outros arquivos públicos e /ou fontes digitais?

() Sim

() Não

Comentário_____

ANEXO F - PERGUNTAS DIRIGIDAS AOS USUÁRIOS DO ARQUIVO (PROFESSORES)



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH, CAMPUS VI, CAETITÉ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO, LINGUAGEM E SOCIEDADE –
PPGELS**

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Caetité, 09 de setembro de 2024

Prezada,

Professora Rita de Cassia Alves Malheiros Fausto

Ao cumprimentar Ihes, encaminhamos a apresentação da pesquisa intitulada **O ARQUIVO PÚBLICO E A SALA DE AULA: APROXIMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA O DESPERTAR DE UMA HISTÓRIA LOCAL**. Esta pesquisa integra o Programa de Mestrado em Ensino, linguagem e sociedade da Universidade Estadual da Bahia, Programa sediado pelo Departamento de Ciências Humanas, campus VI (PPGELS/UNEB/DCH-VI). Nosso objetivo é refletir sobre uma das funções do Arquivo Público Municipal de Caetité para além de lugar de guarda e preservação de um patrimônio histórico ou de um acervo de pesquisa. Nosso foco é pensar o APMC enquanto ferramenta com potencial de dinamizar um ensino e aprendizagem de modo mais significativo e dinâmico na Educação Básica

Vimos através deste solicitar sua autorização para execução e coleta de dados que será feita através de Questionário com perguntas relacionadas ao funcionamento e importância do Arquivo Público Municipal de Caetité. Salientamos sua importância ao contribuir com a nossa solicitação. Queremos informar que o caráter ético desta pesquisa assegura o sigilo das informações coletadas e garante, também, a preservação da identidade e da privacidade da instituição e do participante. Por outro lado, solicitamos permissão para a divulgação desses resultados em forma de pesquisa preservando sigilo e ética. Esclarecemos que tal autorização está em

consonância com a resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Agradecemos vossa compreensão e colaboração no processo de desenvolvimento da pesquisa científica em nossa região. Colocam-me à vossa disposição nos contatos, conforme segue:

Agradecemos antecipadamente.

Mestrando (a)

Araceli Carvalho Pereira

Araceli Carvalho Pereira

Celular: 7799152-5346

E-mail: araceliprofhistoriacte@gmail.com

BLOCO 2 – PERGUNTAS DIRIGIDAS AOS USUÁRIOS DO ARQUIVO (PROFESSORES)

1. Professor, na organização das suas aulas quais são os materiais didáticos mais utilizados

- () livro didático
- () blogs, podcast
- () documentos e fragmentos de documentos.
- () filmes
- () material didático diversificado
- () outro _____

2. Professor, o senhor procura diversificar as metodologias usadas em sala de aula (gameficação, filmes, etc)?

- () Sim
- () Não
- () Às vezes

3. Como você conheceu o Arquivo Público de Caetité?

- () através da divulgação do próprio Arquivo
- () Através de colegas
- () Através de um projeto
- () Outro _____

4. Existe dificuldade em desenvolver projetos em sua escola, como a ida ao Arquivo Público ou ao Museu do Alto Sertão da Bahia (Masb)?

- () Não
- () Sim

Pouca

Muita

Comentário _____

5. Professor, é realizada alguma preparação com os discentes antes da vinda ao Arquivo?

Sim

Não

Comentário _____

6. Professor, como foi a sua experiência com o Arquivo?

Excelente

Boa

Poderia ter sido melhor

Insatisfatória

Comentário _____

7. A visita ao Arquivo com os alunos foi circunscrita a um determinado evento ou se transformou em prática de sua atividade de ensino?

A visita foi apenas uma vez

A visita é prática constante

Falta tempo para organizar a visita

Comentário _____

8. Professor, o senhor trabalha com documentos em sala de aula? Quais os tipos e como tem acesso a eles?

Utilizo os documentos do livro didático

Levo documentos para a sala de aula com alguma frequência

Dificilmente utilizo documentos em sala de aula

9. Quais os tipos de documento mais utilizados:

fontes escritas

Fontes imagéticas

Fontes materiais diversas

Não utilizo

10. Professor, o senhor conhece a Página do Arquivo Público de Caetité? Explora essa Página?

Sim

Não

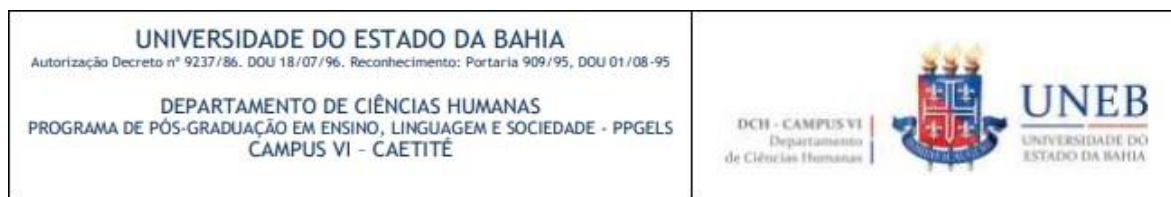
Comentário _____

11. Conhece outros arquivos públicos e /ou fontes digitais?

Sim

Não

Comentário _____



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Você/Sr./Sra. está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada **“O Arquivo Público e a Sala de Aula: aproximações necessárias para o despertar de uma história local”**. Meu nome é **Araceli Carvalho Pereira**, sou a pesquisadora responsável e minha área de atuação é **Ensino, Linguagem e Sociedade**. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence ao pesquisador responsável. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado (a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pelo pesquisador responsável, via e-mail (araceliprofhistoriacte@gmail.com) e, inclusive, sob forma de ligação a cobrar, através do seguinte contato telefônico: (77)99152-5346. Ao persistirem as dúvidas *sobre os seus direitos* como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** – colegiado responsável por revisar todos os protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos, inclusive os multicêntricos, cabendo-lhe a responsabilidade primária pelas decisões sobre a ética da pesquisa a ser desenvolvida na instituição, de modo a garantir e resguardar a integridade e os direitos dos voluntários participantes nas referidas pesquisas.

Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos – CEP/UNEB, UNEB – Prédio da Reitoria, 1º andar - Rua Silveira Martins, 2555, Cabula. Salvador - BA. CEP: 41.150-000 Tel: (71) 31172399 E-mail: cepuenb@uneb.br.

1. Informações Importantes sobre a Pesquisa:

1.1 A Pesquisa tem como título: O Arquivo Público e a Sala de Aula: aproximações necessárias para o despertar de uma história local;

1.2 Justificativa da pesquisa: A preservação da história local é vista como elemento de significância sumária ao permitir que se mantenha viva a memória de um povo. O presente trabalho tem como intuito o reconhecimento do quão relevante é a conservação de objetos e documentos que retratem a história de uma localidade. É preciso pensar o professor da Educação Básica como um eterno pesquisador, que seleciona, organiza e escolhe conteúdos, teorias e metodologias. Nesse sentido, o Arquivo é também lugar de professor, de aula, de ensino.

1.3 Objetivos da pesquisa:

Objetivo Geral:

- Refletir sobre uma das funções do Arquivo Público Municipal de Caetité para além de lugar de guarda e preservação de um patrimônio histórico ou de um acervo de pesquisa.

Objetivos específicos:

- Pensar o Arquivo enquanto ferramenta com potencial de dinamizar um ensino aprendizagem de modo mais significativo e dinâmico na Educação Básica.
- Aproximar Arquivo-Escola abrindo um leque de possibilidades, de descobertas, de modo instigador para os discentes, especialmente com o objetivo de apresentar melhor a história local de Caetité a partir do acervo do Arquivo.
- Aproximar a história local dos discentes e também docentes, contribuindo para a construção e fortalecimento de uma memória local.
- Elaborar um guia didático de apresentação do Arquivo com uma seleção de documentos e sequências didáticas que possam ser utilizadas por professores em visitas ao Arquivo com seus alunos, ou ainda a partir da consulta ao acervo virtual do Arquivo.

1.4 O procedimento utilizado nesta pesquisa será a aplicação de um questionário semiestruturado impresso, onde os participantes responderão livremente às perguntas;

1.5 Por se tratar de uma pesquisa com questionário, algumas perguntas poderão gerar desconforto emocional, caso não se sinta à vontade, o participante não precisa responder a todas as perguntas, podendo, inclusive, abandonar a pesquisa após a assinatura desse termo;

- 1.6 Ninguém saberá os dados dos participantes da pesquisa, não falaremos a outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que você nos der. Os resultados da pesquisa vão ser publicados, mas sem identificar as crianças/adolescentes que participaram da pesquisa;
- 1.7 O participante poderá desistir da pesquisa em qualquer fase;
- 1.8 Declaramos que os resultados da pesquisa serão tornados públicos, sejam eles favoráveis ou não;
- 1.9 Os resultados da presente pesquisa serão disponibilizados no Saber Aberto da UNEB tão logo após a defesa da dissertação do mestrado, ainda em curso;
- 1.10 O Participante poderá pleitear indenização (reparação a danos imediatos ou futuros), garantida em lei, decorrentes da sua participação na pesquisa.



--	--

TERMO DE COMPROMISSO PARA COLETA DE DADOS EM ARQUIVOS

Título da pesquisa: O Arquivo Público e a Sala de Aula: aproximações necessárias para o despertar de uma história local

Declaro estar ciente das normativas que regulam a atividade de pesquisa com seres humanos, em especial as que disciplinam a utilização de documentos identificados de arquivos não publicados e na impossibilidade da obtenção do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) devido ao motivo (dos resultados decorrentes do estudo serão apresentados de forma agregada, não permitindo a identificação individual dos participantes). Sendo assim, assumo o compromisso de:

- I. Preservar a privacidade dos participantes cujos dados serão coletados e divulgados no anonimato sem possibilidade de identificação dos mesmos;
- II. Assegurar que as informações serão utilizadas única e exclusivamente para a execução do projeto apresentado;

Caetité, 13 de maio de 2024

Nome do Membro da Equipe	Assinatura
Executora	
Araceli Carvalho Pereira	<i>Araceli Carvalho Pereira</i>

1.2 Consentimento da Participação na Pesquisa:

Eu,....., inscrito(a) sob o RG/ CPF....., abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado **“O Arquivo Público e a Sala de Aula: aproximações necessárias para o despertar de uma história local”**. Destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador(a) responsável **Araceli Carvalho Pereira** sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

....., de de

Assinatura por extenso do(a) participante

Assinatura por extenso do(a) pesquisador(a) responsável



TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TALE

Você/Sr./Sra. está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada **“O Arquivo Público e a Sala de Aula: aproximações necessárias para o despertar de uma história local”**. Meu nome é **Araceli Carvalho Pereira**, sou a pesquisadora responsável e minha área de atuação é **Ensino, Linguagem e Sociedade**. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence ao pesquisador responsável. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado (a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pelo pesquisador responsável, via e-mail (araceliprofhistoriacte@gmail.com) e, inclusive, sob forma de ligação a cobrar, através do seguinte contato telefônico: (77)99152-5346. Ao persistirem as dúvidas *sobre os seus direitos* como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** – colegiado responsável por revisar todos os protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos, inclusive os multicêntricos, cabendo-lhe a responsabilidade primária pelas decisões sobre a ética da pesquisa a ser desenvolvida na instituição, de modo a garantir e resguardar a integridade e os direitos dos voluntários participantes nas referidas pesquisas.

Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos – CEP/UNEB, UNEB – Prédio da Reitoria, 1º andar - Rua Silveira Martins, 2555, Cabula. Salvador - BA. CEP: 41.150-000 Tel: (71) 31172399 E-mail: cepuenb@uneb.br.

1. Informações Importantes sobre a Pesquisa:

1.1 **A Pesquisa tem como título: *O Arquivo Público e a Sala de Aula: aproximações necessárias para o despertar de uma história local*;**

1.2 **Justificativa da pesquisa:** A preservação da história local é vista como elemento de significância sumária ao permitir que se mantenha viva a memória de um povo. O presente trabalho tem como intuito o reconhecimento do quão relevante é a conservação de objetos e documentos que retratem a história de uma localidade. É preciso pensar o professor da Educação Básica como um eterno pesquisador,

que seleciona, organiza e escolhe conteúdos, teorias e metodologias. Nesse sentido, o Arquivo é também lugar de professor, de aula, de ensino.

1.3 Objetivos da pesquisa:

Objetivo Geral:

- Refletir sobre uma das funções do Arquivo Público Municipal de Caetité para além de lugar de guarda e preservação de um patrimônio histórico ou de um acervo de pesquisa.

Objetivos específicos:

- Pensar o Arquivo enquanto ferramenta com potencial de dinamizar um ensino aprendizagem de modo mais significativo e dinâmico na Educação Básica.
- Aproximar Arquivo-Escola abrindo um leque de possibilidades, de descobertas, de modo instigador para os discentes, especialmente com o objetivo de apresentar melhor a história local de Caetité a partir do acervo do Arquivo.
- Aproximar a história local dos discentes e também docentes, contribuindo para a construção e fortalecimento de uma memória local.
- Elaborar um guia didático de apresentação do Arquivo com uma seleção de documentos e sequências didáticas que possam ser utilizadas por professores em visitas ao Arquivo com seus alunos, ou ainda a partir da consulta ao acervo virtual do Arquivo.

1.4 O procedimento utilizado nesta pesquisa será a aplicação de um questionário semiestruturado impresso, onde os participantes responderão livremente às perguntas;

1.5 Por se tratar de uma pesquisa com questionário, algumas perguntas poderão gerar desconforto emocional, caso não se sinta à vontade, o participante não precisa responder a todas as perguntas, podendo, inclusive, abandonar a pesquisa após a assinatura desse termo;

1.6 Ninguém saberá os dados dos participantes da pesquisa, não falaremos a outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que você nos der. Os resultados da pesquisa vão ser publicados, mas sem identificar as crianças/adolescentes que participaram da pesquisa;

1.7 O participante poderá desistir da pesquisa em qualquer fase;

1.8 Declaramos que os resultados da pesquisa serão tornados públicos, sejam eles favoráveis ou não;

1.9 Os resultados da presente pesquisa serão disponibilizados no Saber Aberto da UNEB tão logo após a defesa da dissertação do mestrado, ainda em curso;

1.10 O Participante poderá pleitear indenização (reparação a danos imediatos ou futuros), garantida em lei, decorrentes da sua participação na pesquisa.

1.2 Consentimento da Participação na Pesquisa:

Eu,, inscrito(a) sob o RG/ CPF....., abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado **“O Arquivo Público e a Sala de Aula: aproximações necessárias para o despertar de uma história local”**. Destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador(a) responsável **Araceli Carvalho Pereira** sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

....., de de

Assinatura por extenso do(a) participante

Assinatura por extenso do(a) pesquisador(a) responsável